

# **Área de Transportes e Obras Públicas**

---





## ÍNDICE

<b>PREFÁCIO</b> .....	383
<b>BALANÇO DA ACCÃO GOVERNATIVA EM 2016</b> .....	384
1. Planeamento Urbanístico .....	384
1.1. Novos Aterros .....	384
1.2. Quarta Ligação Macau-Taipa .....	385
1.3. Renovação Urbana .....	387
1.4. Gestão de Solos .....	387
1.5. Rede de Informação Cadastral .....	388
1.6. Águas Territoriais .....	388
2. Infra-Estruturas .....	389
2.1. Novos Aterros e Ilha Artificial .....	389
2.2. Metro Ligeiro .....	390
2.3. Habitação Pública .....	391
2.4. Novo Acesso entre Guangdong e Macau – Novo Posto Fronteiriço .....	392
2.5. Comporta no Porto Interior .....	392
2.6. Terminais Marítimos .....	392
2.7. Túnel de Ká Hó .....	393
2.8. Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas .....	393
2.9. Novo Estabelecimento Prisional .....	394
2.10. Edifício das Doenças Infecto-Contagiosas .....	394
2.11. Centro de Formação e Estágio de Atletas .....	394
2.12. Fornecimento de Electricidade .....	395
2.13. Abastecimento de Água .....	395
2.14. Serviços Postais e Telecomunicações .....	396
2.15. Fornecimento de Gás Natural .....	396
3. Transportes .....	396
3.1. Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020) .....	397

3.2.	Serviço de Autocarros.....	397
3.3.	Serviço de Táxis.....	398
3.4.	Estacionamento.....	398
3.5.	Obras nas Vias Públicas.....	399
3.6.	Redes Pedonais.....	399
3.7.	Aviação.....	400
4.	Habitação.....	400
4.1.	Planeamento da Habitação Pública.....	400
4.2.	Atribuição e Gestão da Habitação Pública.....	401
4.3.	Novo Tipo de Habitação Pública.....	402
4.4.	Fundo de Reparação Predial.....	402
4.5.	Aperfeiçoamento do Regime Jurídico.....	402
5.	Protecção Ambiental.....	403
5.1.	Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010–2020).....	403
5.2.	Gestão de Resíduos Sólidos.....	404
5.3.	Águas Residuais.....	404
5.4.	Veículos Abatidos e Materiais Inertes Resultantes de Demolições e Construções.....	404
5.5.	Melhoria da Qualidade do Ar.....	404
5.6.	Avaliação de Impacto Ambiental.....	405
5.7.	Resíduos Electrónicos.....	406
5.8.	Resíduos Alimentares.....	406
6.	Modernização e Simplificação Administrativa.....	406
<b>LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2017.....</b>		<b>408</b>
1.	Planeamento Urbanístico.....	408
1.1.	Novos Aterros.....	408
1.2.	Quarta Ligação Macau-Taipa.....	408
1.3.	Renovação Urbana.....	408
1.4.	Gestão de Solos.....	409

1.5. Rede de Informação Cadastral.....	409
1.6. Águas Territoriais.....	410
2. Infra-Estruturas.....	410
2.1. Novos Aterros e Ilha Artificial.....	410
2.2. Metro Ligeiro .....	411
2.3. Habitação Pública.....	412
2.4. Novo Acesso entre Guangdong e Macau – Novo Posto Fronteiriço.....	412
2.5. Comporta no Porto Interior .....	412
2.6. Terminais Marítimos.....	413
2.7. Túnel de Ká Hó.....	413
2.8. Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas .....	413
2.9. Novo Estabelecimento Prisional.....	413
2.10. Edifício das Doenças Infecto-Contagiosas.....	414
2.11. Centro de Formação e Estágio de Atletas.....	414
2.12. Fornecimento de Electricidade.....	414
2.13. Abastecimento de Água.....	415
2.14. Serviços Postais e Telecomunicações .....	415
2.15. Fornecimento de Gás Natural.....	415
3. Transportes.....	416
3.1. Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020)....	416
3.2. Serviço de Autocarros.....	416
3.3. Serviço de Táxis .....	417
3.4. Estacionamento .....	417
3.5. Obras nas Vias Públicas.....	417
3.6. Redes Pedonais .....	418
3.7. Aviação.....	418
4. Habitação .....	418
4.1. Planeamento da Habitação Pública .....	418
4.2. Atribuição e Gestão da Habitação Pública.....	419

4.3. Novo Tipo de Habitação Pública .....	420
4.4. Fundo de Reparação Predial.....	420
4.5. Aperfeiçoamento do Regime Jurídico .....	420
5. Protecção Ambiental .....	421
5.1. Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020) .....	421
5.2. Gestão de Resíduos Sólidos .....	421
5.3. Águas Residuais .....	422
5.4. Veículos Abatidos e Materiais Inertes Resultantes de Demolições e Construções.....	422
5.5. Melhoria da Qualidade do Ar.....	423
5.6. Avaliação de Impacto Ambiental .....	424
5.7. Resíduos Electrónicos.....	424
5.8. Resíduos Alimentares.....	424
6. Modernização e Simplificação Administrativa.....	424
<b>CONCLUSÃO</b> .....	427
<b>ANEXOS</b> .....	428

## PREFÁCIO

Melhorar a qualidade de vida da população e qualificar a área urbana da Região Administrativa Especial de Macau, tendo em conta o seu posicionamento estratégico como Centro Mundial de Turismo e Lazer, são as metas deste Governo que têm orientado e continuarão a orientar a acção governativa da tutela dos Transportes e Obras Públicas.

Os desafios são muitos, mas temos envidado os maiores esforços no sentido de criar bases sólidas para o futuro, de modo a garantir um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável.

Ao longo de 2016, intervimos prioritariamente nas áreas que mais afectam a vida dos residentes, apostando simultaneamente no planeamento das acções futuras.

Dadas as limitações territoriais da RAEM, é compreensível que o problema do trânsito mereça especial atenção da população e, naturalmente, do Governo. Por isso mesmo, foram tomadas medidas para, por um lado, incentivar uma utilização mais racional dos veículos privados e, por outro, para otimizar a operação da rede transportes públicos.

Estas medidas tiveram também em conta a protecção ambiental, designadamente a meta de redução de emissões e consequente melhoria da qualidade do ar.

No que respeita à habitação, que é outra das áreas que mais preocupa os nossos residentes, foi reforçada a fiscalização da utilização das habitações públicas e iniciaram-se os trabalhos para um planeamento da construção de novas fracções que seja ajustado às necessidades.

Foram também concluídas algumas empreitadas de obras públicas, procurou-se resolver os problemas e atrasos existentes neste campo e lançar novos projectos.

Ao longo de 2016, continuámos a reajustar o funcionamento dos nossos serviços e das equipas de projecto, de modo a torná-los mais eficientes, a melhorar a coordenação interdepartamental e a desburocratizar, dentro do possível, os procedimentos, para agilizar a resposta às necessidades da população.

# BALANÇO DA ACÇÃO GOVERNATIVA EM 2016

## 1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

O planeamento urbanístico estabelece as bases para a gestão do espaço urbano e construção, assentando num plano que prevê as condições de uso e aproveitamento dos recursos de solos, o ordenamento do espaço físico do território, tendo em consideração designadamente as políticas do Governo, o desenvolvimento social, as necessidades, entre outros factores.

O Governo da RAEM concluiu, em 2016, os trabalhos relativos à definição das orientações estratégicas urbanísticas, pelo que a tutela dos Transportes e Obras Públicas lançará, até ao final do ano, o concurso para a elaboração do Plano Director, tendo em conta essas mesmas orientações, bem como as metas de diversificação económica, a cooperação regional, o posicionamento de Macau como Centro Mundial de Turismo e Lazer e como plataforma de serviços e negócios entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

A criação do Conselho para a Renovação Urbana, em 2016, representa um passo importante para os trabalhos de renovação urbana de Macau no futuro.

Foi criado um mecanismo para acompanhamento e tratamento dos terrenos concedidos por arrendamento que não tenham sido aproveitados no prazo contratualmente estipulado, bem como daqueles cujo prazo de concessão por arrendamento a título provisório tenha terminado e sem condições para a conversão da concessão em definitiva, tendo-se dado, assim, início ao procedimento de declaração da respectiva caducidade.

### 1.1. NOVOS ATERROS

O relatório da terceira fase da consulta pública sobre os Novos Aterros foi elaborado e publicado em 2016 pela Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes (DSSOPT), indicando as matérias a que a população, em geral, atribui mais importância, nomeadamente a habitação, o trânsito e as infra-estruturas. Com base nos resultados obtidos, está a ser analisada e aperfeiçoada a proposta do plano de desenvolvimento dos Novos Aterros, propondo concretizar primeiramente os projectos considerados necessários e urgentes e que reúnem, em geral, a concordância da sociedade. Cabe à DSSOPT elaborar o planeamento de algumas zonas dos Novos Aterros e adjudicar outras.

O estudo do Plano do Desenvolvimento Articulado da Zona Leste de Macau, que abrange os Novos Aterros da Areia Preta, o NAPE, as imediações do Reservatório, a Zona A e o posto fronteiriço Zhuhai-Macau da ilha artificial, foi iniciado em 2016, pela DSSOPT. A Zona A terá ligação com a Zona Leste da Península de Macau, podendo disponibilizar 32 000 fracções habitacionais, das quais 28 000 serão destinadas à habitação pública.

No que diz respeito à Zona Administrativa e Judiciária da Zona B, foram lançados os trabalhos preparatórios de planeamento de infra-estruturas, estando prevista a construção de sete edifícios destinados aos tribunais de Última Instância, de Segunda Instância e Judicial de Base, bem como o Ministério Público, o Comissariado contra a Corrupção, o Comissariado de Auditoria e os Serviços de Polícia Unitários. O Governo da RAEM irá acelerar os trabalhos da construção da Zona Administrativa e Judiciária e das respectivas infra-estruturas, em prol do aproveitamento eficaz dos recursos de solos.

De igual modo, foram iniciados os trabalhos respeitantes ao planeamento da Zona E1, que abrangem a definição das redes viárias e do posicionamento das infra-estruturas, da finalidade dos lotes de terreno, bem como o aperfeiçoamento da ligação entre os meios de transporte aéreo, marítimo e terrestre.

## **1.2. QUARTA LIGAÇÃO MACAU-TAIPA**

Ficou definido que a quarta ligação Macau-Taipa será feita por ponte, assim, o Governo irá concluir, ainda no corrente ano, o estudo sobre a viabilidade da empreitada e a avaliação de impacto ambiental marítimo, que serão submetidos ao Governo Central.

O projecto da quarta ligação Macau-Taipa terá em consideração a segurança rodoviária durante a passagem de tufão, bem como o desenvolvimento dos Novos Aterros, esperando, desta forma, facilitar a ligação entre Macau e Taipa.

# 澳門特別行政區

## REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU



### 1.3. RENOVAÇÃO URBANA

Foi criado o Conselho para a Renovação Urbana, com a conclusão e publicação do respectivo regulamento administrativo, em Fevereiro do corrente ano.

O Conselho é composto por vinte e nove membros, dos quais um é presidente, um é vice-presidente, seis são representantes de entidades governamentais e vinte e um não governamentais. Uma vez que os trabalhos relativos à renovação urbana envolvem vários aspectos, designadamente, uma multiplicidade de destinatários, uma vasta área de trabalhos e uma legislação complementar rigorosa, há necessidade de auscultar as opiniões de todos os sectores da sociedade para se alcançar um consenso. Deste modo, o Governo espera que a criação do respectivo Conselho possa facilitar a elaboração de políticas e medidas de renovação urbana que se articulem com o desenvolvimento da cidade, no sentido de concretizar progressivamente os trabalhos desta área.

O Conselho entrou em funcionamento em Março, tendo sido concluída a discussão sobre o respectivo regulamento interno, os trabalhos a efectuar no futuro e a criação da página electrónica. Foram também criados três grupos especializados.

### 1.4. GESTÃO DE SOLOS

Dada a importância dos terrenos no desenvolvimento da cidade, o Governo da RAEM tem reforçado a gestão dos recursos de solos e cumprido rigorosamente o estipulado na Lei de Terras. O Governo da RAEM tem vindo a acompanhar ao abrigo da Lei de Planeamento Urbanístico e da Lei de Terras os casos relacionados com as obras de construção dos Novos Aterros e a reversão de terrenos, designadamente através do reforço do combate à ocupação ilegal e da declaração da caducidade das concessões, em prol do aproveitamento racional e de eficácia de gestão dos recursos de solos da RAEM.

Até 30 de Setembro, o ponto de situação dos terrenos sujeitos ao procedimento de declaração de caducidade era o seguinte:

	Número de despachos	Área (m <sup>2</sup> )
Incumprimento contratual	24	92 932
Impossibilidade de renovação das concessões provisórias	14	307 956
Total	38	400 888

A finalidade dos terrenos revertidos será decidida em função da sua localização, do planeamento urbanístico e das necessidades socioeconómicas.

A DSSOPT não conseguiu concluir, como previsto para 2016, os trabalhos referentes aos diplomas complementares à Lei de Terras, que entrou em vigor em Março de 2014, encontrando-se a promover a respectiva elaboração e revisão.

## 1.5. REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

Em articulação com as informações relativas ao levantamento e avaliação do património cultural, a Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro (DSCC) concluiu os trabalhos de concepção do sistema de informações relativas a essa matéria, de forma a aperfeiçoar a base de dados da “Rede de Informação Cadastral”, disponibilizando uma plataforma que permite o acesso à informação sobre terrenos, planeamento, registo e património cultural. Para além das informações geográficas e cadastrais existentes, foram analisados os dados relativos às instalações sociais, actividades económicas, industriais e comerciais, entre outros, os quais serão integrados sucessivamente na plataforma de serviços de informação geográfica, servindo de suporte ao ordenamento do território, aproveitamento de terrenos e planeamento urbanístico, contribuindo para a tomada de decisão política com base em critérios científicos, bem como para o aumento da transparência da informação relativa a terrenos.

Por outro lado, a fim de reflectir com precisão as alterações físicas do território, a DSCC irá conjugar as fotografias aéreas e de satélites com as informações cadastrais e, através da respectiva plataforma, serão facultadas informações de apoio aos serviços públicos para a monitorização de terrenos, planeamento urbanístico, desenvolvimento e estudo.

## 1.6. ÁGUAS TERRITORIAIS

A Comissão de Coordenação da Gestão e do Desenvolvimento da Área Marítima, dirigida pelo Chefe do Executivo, foi criada em Junho de 2016, tendo como objectivo organizar os trabalhos relativos à gestão da área marítima, nomeadamente coordenar e elaborar um plano geral de gestão e desenvolvimento, bem como legislação relacionada.

No âmbito dos assuntos marítimos, hídricos e oceânicos, a tutela dos Transportes e Obras Públicas irá continuar a promover a cooperação com o Interior da China e iniciar sucessivamente os trabalhos preparatórios e complementares.

A fim de obter fundamentos científicos e de definir objectivos no âmbito da elaboração de políticas relacionadas com o futuro desenvolvimento da área marítima, foi iniciado o “Estudo relativo à localização da zona para deposição na área marítima sob a jurisdição de Macau”, tendo como objectivo procurar uma solução para o material dragado.

## 2. INFRA-ESTRUTURAS

Em 2016, a tutela dos Transportes e Obras Públicas procurou soluções para as obras atrasadas e suspensas, acelerando o seu andamento, tendo designadamente chegado a acordo com os adjudicatários das obras de habitações sociais do bairro Tamagnini Barbosa e de Mong-Há para a resolução dos respectivos contratos. Por outro lado, foram concluídas, como previsto, as obras do Novo Terminal Marítimo da Taipa, do edifício de habitação económica Cheng I e do edifício de habitação social Iat Seng da Taipa, das instalações sociais no CN6b de Seac Pai Van, bem como a conclusão no final do ano das obras de construção civil da Linha da Taipa do Metro Ligeiro. As obras ainda não concluídas continuarão a ser promovidas na tutela dos Transportes e Obras Públicas, de modo a serem terminadas no mais curto espaço de tempo possível, a fim de responder às necessidades do desenvolvimento social e melhorar a qualidade de vida da população.

Por outro lado, o Governo da RAEM deu início à revisão de várias legislações e regimes jurídicos, entre os quais o “Regulamento Geral da Construção Urbana” e o “Regulamento de Segurança contra Incêndios”, que foram revistos e submetidos para entrarem em processo legislativo.

### 2.1. NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

Relativamente aos Novos Aterros, o andamento das obras da Zona A continua a ser afectado pela questão do fornecimento de areia, impossibilitando, assim, a sua conclusão em 2016, como previsto. Com o apoio do Governo da Província de Guangdong, o fornecimento de areia foi retomado em Dezembro de 2015, durante cerca de dois meses, tendo sido novamente suspenso no final de Março. Durante este período, o volume de preenchimento de areia da Zona A aumentou para 75%. O Governo da RAEM mantém uma comunicação estreita com o Governo da Província de Guangdong, de forma a encontrar uma nova fonte de fornecimento de areia, esperando que tal possa ocorrer ainda em 2016.

Relativamente à Zona Administrativa e Judiciária da Zona B, a DSSOPT encontra-se a proceder aos trabalhos preparatórios para a elaboração das respectivas plantas de condições urbanísticas, bem como aos trabalhos de concurso para as obras de nivelamento do terreno das áreas adjacentes.

As sondagens das Zonas C e D iniciaram em 2016.

As obras de aterro da Zona E1 também sofreram atrasos devido ao fornecimento de areia. O Governo da RAEM encontra-se a promover os respectivos trabalhos.

No que diz respeito aos trabalhos da zona de administração do posto fronteiriço de Macau na ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, além de ter sido concluído o projecto, o Governo da RAEM e o Governo do Município de Zhuhai celebraram um memorando de construção em Dezembro de 2015, ficando, assim, o Município de Zhuhai encarregue pela construção do projecto, que abrange o edifício do posto fronteiriço, os auto-

silos no interior e exterior da fronteira, infra-estruturas da rede viária e outras instalações complementares. Foram concluídas as obras de fundação em 2016, enquanto as restantes foram iniciadas de forma faseada, procurando que o posto fronteiriço de Macau entre em funcionamento, em simultâneo, com a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

Relativamente às ligações entre a Península de Macau e a ilha artificial, foi iniciada este ano a execução da via de acesso da Zona A para a Península de Macau.

## 2.2. METRO LIGEIRO

Uma vez que o Metro Ligeiro é considerado um importante sistema de transporte colectivo para Macau, a tutela dos Transportes e Obras Públicas adoptou medidas, em 2016, para resolver os problemas existentes nas obras da Linha da Taipa, e acelerar a sua execução. O Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes (GIT) incumbiu uma equipa de consultadoria de proceder à previsão e análise do fluxo de passageiros do Metro Ligeiro para um melhor planeamento da rede, no sentido de responder às necessidades do desenvolvimento.

### Linha da Taipa

A elevação e montagem das peças pré-fabricadas do viaduto da Linha da Taipa continua a ser efectuada simultaneamente nas diversas vias principais, sendo promovida, ao mesmo tempo, a construção das estações.

Até finais de 2016, as obras de engenharia civil do viaduto com 9,3 km de extensão e das 11 estações da Linha da Taipa estarão basicamente concluídas, dando-se, assim, início aos trabalhos de instalação do sistema ferroviário.

No que diz respeito ao problema que se registava com a construção da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro, o GIT e o empreiteiro chegaram a acordo para a rescisão do contrato. As obras foram, assim, retomadas no corrente ano, após a alteração dos projectos e a realização de novo concurso.

Com a conclusão da empreitada do Centro Intermodal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira, no final de 2016, o GIT irá entregar o terminal dos autocarros, o parque de estacionamento de veículos pesados, a superestrutura do Centro, a plataforma ajardinada, entre outras infra-estruturas, aos serviços competentes para utilização. Simultaneamente será aperfeiçoada a rede viária envolvente, incluindo o plano de reordenamento e de gestão do trânsito.

### Ligação Taipa-Macau

Com o avanço das obras da Linha da Taipa, o GIT tem-se empenhado nos trabalhos preparatórios para a ligação da mesma com a Estação da Barra. O Governo irá tomar uma decisão, ainda este ano, relativamente à Linha da Península de Macau e os trabalhos de

alteração da concepção da Estação da Barra serão simultaneamente promovidos. Quanto às obras do Centro Intermodal da Barra continuarão também a ser promovidas.

## **Linha de Seac Pai Van**

Com a conclusão do estudo de viabilidade relativo à Linha de Seac Pai Van do Metro Ligeiro, o GIT deu início ao estudo da sua ligação com a Linha da Taipa.

## **Linha da Península de Macau**

Tendo em conta que os dados obtidos na análise anteriormente efectuada sobre a previsão do fluxo de passageiros do Metro Ligeiro já se encontram desactualizados, o GIT encarregou uma equipa de consultoria de os actualizar. Com base nos resultados desse estudo, será feita uma revisão da distribuição e planeamento da rede e será tomada uma decisão sobre o traçado de Macau ainda este ano.

## **2.3. HABITAÇÃO PÚBLICA**

Quanto à habitação social de Tamagnini Barbosa, a alteração do projecto será concluída em 2016. Tendo em conta a altura máxima de construção e a segurança dos edifícios adjacentes, optou-se por cancelar a construção da cave, passando as instalações aí destinadas para o rés-do-chão e pisos superiores, razão pela qual o projecto sofre uma redução do número de fracções habitacionais.

Em relação à segunda fase da habitação social e do pavilhão desportivo de Mong-Há, foi rescindido o contrato celebrado com o anterior adjudicatário e iniciado o processo do novo concurso público após a alteração dos projectos. Tendo em conta a localização do empreendimento, os dois projectos em causa serão adjudicados simultaneamente neste novo concurso, com vista a acelerar os respectivos trabalhos.

As obras do edifício de habitação económica Cheng I e do edifício de habitação social Iat Seng da Taipa, foram concluídas em 2016, disponibilizando 770 fracções de habitação económica e 694 de habitação social, respectivamente.

O edifício de equipamentos sociais com seis pisos, situado no Lote CN6b de Seac Pai Van, que inclui terminal de autocarros, mercado, parque de estacionamento público, centro de actividades comunitárias e biblioteca, foi entregue às respectivas entidades utilizadoras.

No que respeita ao planeamento de habitação pública para os próximos anos, estão a ser realizados os trabalhos preparatórios para a avaliação do impacto ambiental da demolição das instalações existentes no terreno na Avenida Venceslau Morais, onde está prevista a construção de habitação pública.

## **2.4. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU – NOVO POSTO FRONTEIRIÇO**

Sendo um dos projectos de cooperação entre Guangdong e Macau, o novo acesso entre as duas regiões abrange as edificações do novo posto fronteiriço, o acesso transfronteiriço, o reordenamento do Canal dos Patos, entre outras.

A primeira fase do novo acesso Guangdong-Macau consiste na construção do novo mercado abastecedor que estará basicamente concluído no final de 2016. A segunda fase terá início, após a transferência e demolição do actual mercado abastecedor.

Foi elaborada e apresentada, em reunião do Conselho do Planeamento Urbanístico, a planta de condições urbanísticas referente ao terreno destinado à construção do novo posto fronteiriço. Com o intuito de melhor aproveitar os recursos de terrenos, a área dos Transportes e Obras Públicas está a envidar esforços para promover a segunda fase do projecto, ou seja, os trabalhos de elaboração dos projectos e propostas do novo posto fronteiriço, do acesso, do reordenamento do Canal dos Patos, entre outras, esperando que os mesmos possam ser aprovados pelos serviços competentes do Interior da China, ainda este ano.

## **2.5. COMPORTA NO PORTO INTERIOR**

A fim de resolver, a longo prazo, o problema das inundações no Porto Interior, foram concluídos, em 2016, os estudos relativos à viabilidade de construção de uma comporta e ao plano geral de prevenção de cheias e da drenagem da zona marginal do Porto Interior. Estes estudos abrangem análises hidrológicas e geológicas, a dimensão da construção, a avaliação do impacto ambiental, a estimativa do custo da obra e a viabilidade da construção da comporta, de forma a fundamentar tecnicamente as obras. A construção da comporta envolve a cooperação regional, pelo que o Governo da RAEM manterá a comunicação com os serviços competentes do Interior da China, coordenando as questões relativas à escolha do local, bem como à concepção da obra.

## **2.6. TERMINAIS MARÍTIMOS**

Com a conclusão da obra do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, a Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água (DSAMA) deu início, a partir de Julho de 2016, à entrega da mesma às entidades utilizadoras, dando-se, assim, início aos trabalhos preparatórios para a sua entrada em funcionamento, nomeadamente o lançamento dos concursos de adjudicação de vários serviços, as negociações com as empresas de embarcações relativamente aos lugares de embarque, balcões de bagagens, bilheteiras, entre outros assuntos. Quanto à transferência da função de ligação ao transporte aéreo e respectivo funcionamento transitório, foi estabelecido um diálogo com o Aeroporto de

Macau, de forma a assegurar a estabilidade e a fluidez dos serviços de transporte marítimo, durante a transição do Terminal Provisório para o Novo Terminal Marítimo.

Espera-se que o Novo Terminal Marítimo venha aliviar a pressão de trânsito rodoviário e marítimo da Península de Macau, contribuindo para uma maior fluidez do trânsito.

A DSAMA irá continuar a aperfeiçoar os equipamentos de hardware e software, bem como os serviços do Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior, de forma a criar um ambiente mais favorável para os residentes e turistas. Por outro lado, vai proceder-se à substituição das pontes de embarque do terminal.

## **2.7. TÚNEL DE KÁ HÓ**

A obra do túnel de Ká Hó foi suspensa devido ao transporte de explosivos. Espera-se que a questão seja resolvida ainda este ano, de forma a retomar a obra em causa.

## **2.8. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS**

A tutela dos Transportes e Obras Públicas é responsável pela execução das obras do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas, com uma área total de 77 000 m<sup>2</sup> e uma área bruta de construção de 421 000 m<sup>2</sup>.

### **Primeira fase**

#### **Instituto de Enfermagem**

#### **Edifício Residencial para Trabalhadores**

Após a conclusão das obras de fundações, no corrente ano, estão a ser promovidos os concursos para a construção das caves e das superestruturas, dando-se posteriormente início aos respectivos trabalhos.

#### **Hospital Geral, Edifício de Apoio Logístico e Túnel de Serviço**

#### **Edifício de Administração e Multi-Serviços**

As obras de fundações estão em curso. Quanto às obras das superestruturas, os respectivos projectos encontram-se ainda em apreciação.

## **Edifício do Laboratório Central**

Foi concluída a adjudicação das obras de fundações por estacas do Edifício do Laboratório Central. Quanto à obra da superestrutura, os respectivos projectos encontram-se ainda em apreciação.

## **Rede viária**

A entidade responsável pelos projectos irá realizar, em simultâneo, os projectos da rede viária dos edifícios envolventes, sendo ainda ponderada a questão da interligação com a área adjacente.

## **Segunda fase**

### **Hospital de Reabilitação**

A tutela dos Transportes e Obras Públicas aguarda a recepção do projecto.

## **2.9. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL**

As obras da segunda fase do novo estabelecimento prisional foram iniciadas como previsto em 2016, bem como os trabalhos de concepção das obras da terceira fase.

## **2.10. EDIFÍCIO DAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS**

Sendo responsável pela execução das obras de demolição e construção do projecto, a tutela dos Transportes e Obras Públicas irá concluir, antes do final do ano, as obras de demolição da primeira fase, ou seja, das edificações existentes no lote. Até à presente data, aguarda-se a recepção do projecto.

## **2.11. CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTÁGIO DE ATLETAS**

A tutela dos Transportes e Obras Públicas é responsável pela construção do Centro de Formação e Estágio de Atletas, localizado no lote a Norte da Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau, com uma área de mais de 12 000 m<sup>2</sup> e uma área bruta de construção de mais de 57 000 m<sup>2</sup>, tendo concluído o concurso público para as obras de fundações.

## 2.12. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

Com vista a resolver a longo prazo o problema do fornecimento de electricidade nos bairros antigos, a empresa concessionária iniciou um estudo do planeamento da distribuição da rede eléctrica. No âmbito da criação de instalações de fornecimento em catorze locais dos bairros antigos, cinco dos quais já estão em funcionamento na Rua de S. Paulo, no Largo dos Bombeiros da Taipa, na Travessa da Cordoaria de Coloane, na Rua do Almirante Sérgio e na Rua do Regedor da Vila da Taipa. Foram entretanto escolhidos outros cinco locais para o efeito, aguardando-se a respectiva confirmação. Quanto aos outros quatro locais, serão criadas, a título experimental, junto de postos de resíduos e salas de transformador, tendo sido iniciados os trabalhos de concepção.

A revisão do plano de construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de 220 kV foi concluída em 2016, sendo que, quando aquela entrar em funcionamento, poderá ser satisfeita a procura de electricidade em Macau até 2025.

Relativamente à optimização da rede eléctrica local, já foram lançadas as obras de construção da subestação de 110 kV, tendo em conta o projecto de ampliação do Centro Hospitalar Conde de São Januário e, já foram iniciados os trabalhos preparatórios de construção da subestação de 110 kV do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas.

Quanto ao desenvolvimento das redes inteligentes, a Companhia de Electricidade de Macau, S.A. iniciou, este ano, os trabalhos relativos ao projecto-piloto de instalação de sistemas de contadores inteligentes, sendo o campus da Universidade de Macau um dos locais que integram o projecto, a título experimental. Alguns projectos de actualização do actual sistema de monitorização e controlo das redes eléctricas também irão ser concluídos até ao final do ano.

O Governo da RAEM e a concessionária irão concluir, até ao final do ano, os trabalhos de revisão intercalar do “Contrato de Prorrogação da Concessão do Serviço Público de Fornecimento de Energia Eléctrica”, decorridos os primeiros cinco anos da sua execução, bem como estabelecer um mecanismo de comunicação mais estreito relativamente às obras de escavação.

## 2.13. ABASTECIMENTO DE ÁGUA

A quarta conduta de abastecimento de água a Macau e a obra que garante o abastecimento de água bruta nas estações de Ping Gang-Guang Chang são projectos do Acordo de Cooperação celebrado entre Macau e Província de Guangdong. Em cumprimento do Acordo e do respectivo plano, a Província de Guangdong deu início à obra de construção da quarta conduta de abastecimento em 2016, enquanto que a obra que garante o abastecimento de água bruta nas estações de Ping Gang-Guang Chang será iniciada no final do mesmo ano.

A SAAM – Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau encontra-se a proceder aos trabalhos relativos ao pedido de terreno para a construção da estação de tratamento de água de Seac Pai Van.

## 2.14. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES

A estação postal da Universidade de Macau entrou em funcionamento em 2016. Para além da sede da Direcção dos Serviços de Correios (DSC) e do Centro de Tratamento e Distribuição de Correio, a rede postal de Macau abrange actualmente 14 estações postais e 2 quiosques postais.

Os serviços 4G entraram em pleno funcionamento em 2016, como previsto, devendo as entidades licenciadas providenciar a cobertura total do território. A Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações (DSRT) continuará a fiscalizar, com rigor, as práticas comerciais das operadoras.

Relativamente ao licenciamento da convergência das três redes, apreciado o relatório de estudo que já foi concluído, está a ser elaborado o respectivo enquadramento legal e a ser definido o mecanismo de licenciamento.

Em 2016, o serviço WiFi GO foi optimizado, tendo sido aumentada a largura de banda de upload para a conexão dos utilizadores e prolongado o horário de serviço de alguns pontos de serviço para 24 horas por dia. Está ainda a ser realizado o concurso para a construção de novos pontos, prevendo-se atingir cerca de 200 pontos no final de 2016.

## 2.15. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL

A construção da rede dos gasodutos principais de gás no COTAI estará basicamente concluída no final de 2016, como previsto.

Em articulação com o plano de expansão da frota de autocarros movidos a gás natural, serão promovidos os trabalhos de construção do posto de abastecimento de gás natural. Para o efeito, foi preliminarmente seleccionado um terreno, sendo que os trabalhos de elaboração do projecto e a respectiva construção serão lançados, quando forem concluídos os procedimentos de concessão desse terreno.

Relativamente ao “Contrato de Concessão do Serviço Público de Importação e Transporte de Gás Natural”, tendo em conta que a concessionária pretende proceder a uma reestruturação accionista, o Governo aguarda a entrega dos documentos necessários para tal pela mesma.

## 3. TRANSPORTES

A Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT) concluiu, em 2016, como previsto, a revisão intercalar da Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau

(2010–2020). O Governo da RAEM continuará a adoptar diversas medidas com o objectivo de melhorar o trânsito de Macau, nomeadamente a actualização do “Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados”, do “Imposto de Circulação” e da “Tabela de Taxas e Preços da DSAT”, bem como a conclusão da elaboração do regulamento administrativo respeitante aos “Valores-limite de Emissão de Gases de Escape Poluentes dos Veículos em Circulação e Métodos de Medição”, de modo a encurtar o período de tempo entre a primeira e segunda inspecções obrigatórias.

### **3.1. POLÍTICA GERAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES TERRESTRES DE MACAU (2010–2020)**

A Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010–2020) abrange 61 acções, das quais 56, ou seja, mais de 90%, encontram-se a ser promovidas conforme definido na Política “Primazia dos transportes públicos, controlo dos veículos, alívio das vias rodoviárias e incentivo à deslocação a pé”, incluindo o ajustamento das localizações das paragens de autocarro, melhoramento das carreiras, a primazia dos autocarros na utilização das vias rodoviárias, introdução de autocarros de grande porte, reordenamento das zonas mais críticas de trânsito, melhoramento das instalações pedonais e actualização de alguns diplomas relativos às taxas sobre os veículos motorizados.

Cinco acções não puderam ser iniciadas conforme o calendário planeado, incluindo o sistema de “Localização dos autocarros”, bem como outras que tiveram de ser adiadas devido ao atraso da construção do Metro Ligeiro, nomeadamente a construção de um centro intermodal de transportes, a integração das estações de correspondência de transporte, os cartões inteligentes, entre outras.

### **3.2. SERVIÇO DE AUTOCARROS**

Foram concluídos os trabalhos de revisão do contrato de serviço público de transportes colectivos rodoviários de passageiros, pelo que todas as empresas concessionárias encontram-se a operar ao abrigo de contratos de concessão.

A DSAT tem estado empenhada no aperfeiçoamento dos serviços de autocarro, designadamente na melhoria e aumento das frequências e carreiras. Por outro lado, aproveitando a revisão do contrato, as concessionárias são incentivadas a aumentar o número de autocarros ecológicos e adaptados ao transporte de pessoas com mobilidade condicionada. Em 2016, Macau contava com 335 autocarros que cumpriam as Normas Euro IV ou superior e com 351 autocarros com condições para o transporte de pessoas em cadeiras de rodas. Encontram-se actualmente em funcionamento 44 autocarros movidos a gás natural.

Com o intuito de melhorar os serviços de autocarro, são indispensáveis medidas para assegurar a primazia dos transportes públicos, aproveitando melhor o espaço rodoviário, que é exíguo. O plano do corredor exclusivo para autocarros, em horários determinados, entre a Barra e a Doca de Lam Mau, foi implementado em 2016. Para melhor identificar que o corredor exclusivo é apenas para utilização dos autocarros e carros de emergência, este é designado “Corredor Exclusivo para Autocarros”.

Em articulação com o plano de reconstrução e melhoria do sistema de ventilação do Terminal das Portas do Cerco, foi concluída a obra de expansão da zona de tomada e largada de passageiros para os autocarros turísticos na zona leste da praça, aumentando o número de lugares de 18 para cerca de 60. No futuro, a zona subterrânea do Terminal será dedicada exclusivamente ao uso de autocarros públicos e serão criadas mais salas de espera equipadas com ar-condicionado, de forma a responder ao aumento constante do fluxo de passageiros, a melhorar o trânsito e a conveniência de utilização do terminal.

Por outro lado, foi implementada, no segundo trimestre, a exploração conjunta de autocarros entre as três concessionárias do jogo, com a qual as carreiras e a frequência diária desses autocarros foram respectivamente reduzidas. Na sequência da entrada em funcionamento dos novos casinos de grande envergadura no segundo semestre do corrente ano, embora tivesse aumentado o número de carreiras, conseguiu-se manter um número semelhante ao ano transacto e, ainda, foi registada uma redução de 327 partidas por dia, desses autocarros dos diversos postos fronteiriços.

### **3.3. SERVIÇO DE TÁXIS**

Os trabalhos da DSAT relativos à revisão do Regime Jurídico relativo ao Transporte de Passageiros em Automóveis Ligeiros de Aluguer (táxis) serão concluídos até ao final de 2016.

Este ano, entraram em exploração os 200 alvarás de táxi que foram objecto do concurso público em 2015 e, em Abril, foram concluídos os trabalhos de concurso público para a atribuição de 250 novas licenças.

Foi também concluída a adjudicação das 100 licenças de táxis especiais. A empresa concessionária irá dispor, faseadamente, de 100 táxis especiais, dos quais cinco serão adaptados ao transporte de pessoas com mobilidade condicionada e dez serão de grande porte, e irá criar um centro para a prestação de serviços equipado com um sistema de gestão dos mesmos.

### **3.4. ESTACIONAMENTO**

A DSAT irá continuar a lançar novos modelos de tarifário de estacionamento para incentivar uma utilização mais racional dos veículos privados, melhorar o trânsito e promover a protecção ambiental.

Foi implementada, em 2016, a nova modalidade de cobrança de tarifas em todos os parques de estacionamento públicos, tendo sido actualizado o montante das tarifas de estacionamento e introduzida a cobrança de tarifas consoante o horário de utilização.

Por outro lado, a DSAT irá analisar os resultados da implementação experimental de tarifas de curta duração e a viabilidade de actualização das tarifas dos parquímetros, em articulação com o novo tarifário dos parques públicos, procurando concretizar os respectivos trabalhos aquando da substituição da entidade exploradora.

Com a conclusão do edifício de habitação económica Cheng I e do edifício de habitação social Iat Seng da Taipa, serão criados cerca de 1 170 novos lugares de estacionamento para carros e motos. Por outro lado, não será possível concluir em 2016, a revisão do “Regime Jurídico das Áreas de Estacionamento nos Edifícios”.

Prevê-se que, até ao final do ano, haja 20 parques públicos geridos pela DSAT, equipados com o sistema de cobrança electrónica de tarifas.

### **3.5. OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS**

Ao longo do ano, o Grupo de Coordenação de Obras Viárias tem promovido a gestão da quantidade, da área utilizada e tempo das obras nas vias públicas, porém, tendo em conta a necessidade urgente da realização de algumas dessas obras, os trabalhos de coordenação não puderam corresponder à expectativa. O Grupo continuará a coordenar a realização de obras em simultâneo, evitando a realização de escavações repetitivas nas mesmas vias e num curto espaço de tempo.

Por outro lado, tem-se procurado melhorar a divulgação de informações, nomeadamente através da actualização da Rede de Informação Geográfica para Tráfego, do aumento do número de ecrãs nas vias e da realização de conferências de imprensa conjuntas no caso das obras especiais.

### **3.6. REDES PEDONAIS**

Foi dada continuidade aos trabalhos de aperfeiçoamento das redes pedonais e, com o intuito de fazer ligação entre a ZAPE e NAPE até às imediações da Rua Nova à Guia e à Avenida de Horta e Costa, foram concluídas as obras de construção das escadas rolantes na Rua da Surpresa e do projecto de embelezamento da Rua da Encosta e acesso pedonal entre a ZAPE e a Guia, reduzindo-se, assim, a distância da deslocação pedonal entre as áreas da zona central e da ZAPE. O estudo relativo à viabilidade da construção de um túnel para peões na Guia será concluído no final do ano.

Nas ilhas, será concluída a construção de um passeio entre o Jardim do Lago e as Vivendas do Carmo, na Taipa, bem como a empreitada do miradouro na Taipa, com vista a melhorar o ambiente pedonal e estabelecer uma ligação entre pontos turísticos.

### 3.7. AVIAÇÃO

Após a actualização do Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau, o Governo da RAEM irá planear o ordenamento da infra-estrutura e criar instalações, em diferentes fases, consoante as necessidades, incluindo obras de aterro, demolição do taxiway, transferência e aumento de instalações, ampliação do terminal, entre outras. Conforme o Plano, numa primeira fase, o Aeroporto verá a sua capacidade aumentada para sete milhões de passageiros. A Autoridade de Aviação Civil (AACM) continuará a fiscalizar a concessionária na promoção das obras de expansão da zona norte do terminal de passageiros. Espera-se que a proposta das obras de expansão adoptada possa ser articulada com o plano geral do centro intermodal do Pac On, considerando o aumento da capacidade de passageiros e o desenvolvimento da aviação executiva.

Por outro lado, tendo o número de voos de aviação comercial registado anualmente um crescimento de dois dígitos, verificou-se que as instalações do aeroporto estão praticamente saturadas. Deste modo, a concessionária encontra-se a construir o novo hangar para a aviação executiva, prevendo-se a sua conclusão no final do ano.

## 4. HABITAÇÃO

A política de habitação pública tem como objectivo responder às necessidades habitacionais dos grupos mais carenciados da sociedade, pelo que o Governo da RAEM procurará, consoante as necessidades, aumentar a oferta. Até ao presente, foram construídas 47 774 fracções de habitação pública, designadamente 14 269 fracções de habitação social e 33 505 fracções de habitação económica.

### 4.1. PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

A tutela dos Transportes e Obras Públicas tem acompanhado a situação de cada terreno destinado à construção de habitação pública, procedendo aos respectivos trabalhos preparatórios, nomeadamente a elaboração de plantas de condições urbanísticas (PCU) e apresentação das mesmas ao Conselho de Planeamento Urbanístico, bem como a realização de sondagens de terrenos.

No sentido de assegurar a utilização eficaz dos recursos de habitação pública, o Instituto de Habitação (IH) incumbiu uma instituição académica, em Junho de 2016, de estudar as condições da habitação em Macau com o objectivo de identificar as reais necessidades de habitação pública. Prevê-se que o relatório preliminar deste estudo esteja concluído antes do final do corrente ano e o mesmo servirá de referência na definição da política de habitação pública a longo prazo.

## 4.2. ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

Em 2016, foram concluídos dois projectos de habitação pública:

Nome do Edifício	T1	T2	T3	Total
Cheng I (hab. económica)	120	524	126	770
Iat Seng - Taipa (hab. social)	495	155	44	694
Total	615	679	170	1 464

O IH tem dado continuidade aos trabalhos de selecção e atribuição de habitação aos agregados familiares em lista de espera do concurso de habitação social de 2013. Até finais de Setembro de 2016, foram atribuídas habitações sociais a cerca de 2 100 agregados familiares, cerca de 200 optaram por constar novamente no fim da lista e cerca de 730 desistiram do pedido ou foram excluídos.

Por outro lado, iniciou-se o trabalho de selecção de 1900 candidatos ao concurso para a aquisição de habitação económica de diferentes tipologias que foram qualificados para apreciação substancial, tendo sido concluídos, até finais de Setembro, os trabalhos de apreciação de dois terços das candidaturas e iniciado o processo de selecção para a venda de fracções.

Para apoiar os promitentes-compradores na celebração das escrituras públicas de compra e venda, o IH acelerou os trabalhos de apreciação das candidaturas, prevendo que a emissão do termo de autorização aos agregados familiares que reúnem os requisitos para a candidatura a habitação económica dos edifícios do Lago e On Son seja concluída ainda este ano. Até finais de Setembro, foi emitido o termo de autorização a mais de 1800 agregados familiares. Serão incumbidos mais notários privados para a celebração das escrituras públicas, estimando-se que o número de escrituras públicas das fracções de habitação económica celebradas em 2016, pelo menos, duplique face a 2015.

O IH deu início aos trabalhos de fiscalização da utilização das habitações públicas, assegurando continuamente o combate às situações de não habitação das fracções de habitação económica e, caso se verifique esta situação, serão iniciados os procedimentos legais para a resolução dos contratos-promessa de compra e venda. Até finais de Setembro, foram efectuadas acções de inspecção a cerca de 2800 fracções, tendo-se verificado 45 casos suspeitos de não residência permanente na habitação social ou a permissão de alojamento de indivíduos não constantes no contrato. Em 17 casos, as fracções foram devolvidas por iniciativa própria dos arrendatários. Registaram-se ainda 34 casos de violação de normas ou de não ocupação das fracções, tendo sido emitida notificação de resolução do contrato de compra e venda em relação a três dos casos.

O IH está, por outro lado, a envidar esforços para aumentar a disponibilização de instalações para equipamentos comunitários e comerciais nas habitações públicas. Em 2016, foram cedidos espaços comerciais adjacentes ao Centro de Saúde de Seac Pai Van

para alargamento dos serviços de saúde e foi criada a Delegação de Seac Pai Van do IH, bem como foram iniciados trabalhos preparatórios do concurso para o arrendamento dos restantes espaços comerciais do Edifício Ip Heng. Tendo como objectivo facilitar a vida quotidiana dos residentes, foram sucessivamente criados espaços comerciais e de restauração em diversos complexos de habitação pública.

Em 2016, o Governo da RAEM prorrogou o abono provisório de residência. Até finais de Setembro, o valor do abono concedido foi de 15,59 milhões de patacas. Com o intuito de aliviar os encargos dos arrendatários de habitação social, o IH adoptou, em 2016, medidas de isenção do pagamento de renda, com base em classes de rendimento. Até finais de Setembro, o montante total da isenção de renda ascendeu a 46,62 milhões de patacas.

### **4.3. NOVO TIPO DE HABITAÇÃO PÚBLICA**

No que respeita ao estudo sobre a possibilidade de criação de um novo tipo de habitação pública, o IH concluiu a revisão e análise do relatório elaborado pela Universidade de Macau. Tendo em conta a abrangência do tema, bem como a sua influência, o IH decidiu a realização de uma consulta pública. Actualmente está a ser elaborado o respectivo documento, de forma a conhecer as diferentes opiniões e aspirações de diversos sectores da sociedade sobre a matéria.

### **4.4. FUNDO DE REPARAÇÃO PREDIAL**

Através de vários planos de subsídio ou de apoio no âmbito do “Fundo de Reparação Predial”, o IH procura incentivar os proprietários a cumprir as suas responsabilidades de administração e reparação das partes comuns dos edifícios, pelo que os edifícios industriais passaram a estar também abrangidos pelo mesmo fundo. Até finais de Setembro, foram atribuídos mais de 320 milhões de patacas para apoiar cerca de 3100 pedidos aprovados. Por outro lado, têm vindo a ser implementadas medidas de apoio para incentivar a realização de Assembleias Gerais de Condóminos, tendo em vista o tratamento dos assuntos relacionados com a administração dos edifícios.

### **4.5. APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO**

O IH publicou em 2016 o relatório final da consulta pública sobre o “Regime Jurídico de Habitação Social”, procedendo à elaboração da proposta de lei e de regulamento administrativo, tendo em vista, nomeadamente, a simplificação das candidaturas, incluindo a possibilidade de estas poderem ser feitas através da Internet, e dos procedimentos de apreciação e aprovação, a revisão dos requisitos, consolidação do trabalho de fiscalização e gestão e agravamento das sanções.

A Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios está a ser analisada e apreciada pela Assembleia Legislativa.

## 5. PROTECÇÃO AMBIENTAL

A tutela dos Transportes e Obras Públicas continuou, em 2016, a aperfeiçoar as leis e diplomas legais, a otimizar as infra-estruturas ambientais e a promover os trabalhos de tratamento e deposição de resíduos, no âmbito de duas prioridades da acção governativa: a gestão de resíduos e a melhoria da qualidade do ar. Foram também promovidos trabalhos de sensibilização e educação ambiental através de diferentes meios, de modo a sensibilizar a população para a protecção ambiental e reciclagem, criando alicerces para a promoção e concretização dos diversos trabalhos de protecção ambiental.

Quanto à gestão de resíduos, encontra-se a decorrer a elaboração do “Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau”. A Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA) realizou ainda consultas públicas sobre o “Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção” e a “Limitação do uso de sacos plásticos”, dando depois seguimento à elaboração dos respectivos diplomas legais e à promoção da “Redução do uso de sacos plásticos” junto dos retalhistas. A cooperação com diferentes bairros continuará a ser desenvolvida, tendo em vista uma maior colaboração dos diferentes sectores na redução do desperdício de alimentos.

Tendo em vista a melhoria da qualidade do ar, será lançado o Plano de Apoio Financeiro ao Abate de Motociclos e Ciclomotores a Dois Tempos, no âmbito do Fundo para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, de modo a incentivar o abate antecipado de alguns dos veículos mais poluentes para reduzir, assim, as emissões de gases de escape dos veículos. Por outro lado, estão a ser avaliados os pedidos entregues para o Plano de Apoio Financeiro à Aquisição de Produtos e Equipamentos para a Protecção Ambiental e a Conservação Energética, que foi entretanto cancelado.

### 5.1. PLANEAMENTO DA PROTECÇÃO AMBIENTAL DE MACAU (2010-2020)

A DSPA concluiu a avaliação da execução e eficácia da fase intercalar do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020) e o respectivo relatório será publicado no final do ano. Foram concluídas e dado acompanhamento às 58 acções na fase intercalar do Planeamento. No que diz respeito aos 11 indicadores ecológicos agendados na fase intercalar do Planeamento, três atingiram a meta prevista, quatro obtiveram resultados menos satisfatórios, sendo que no que se refere aos restantes não foi possível efectuar a avaliação. Uma vez concluído o estudo sobre o zonamento ambiental, as respectivas informações foram enviadas à DSSOPT para ponderação e acompanhamento aquando da elaboração do Plano Director de Macau. Com a revisão da implementação do Planeamento e tendo em conta a actual situação do desenvolvimento de Macau, a DSPA apresentará as respectivas propostas de actualização e ajustamento a longo prazo.

## 5.2. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Governo da RAEM encarregou uma empresa de consultadoria, para efectuar uma avaliação sobre a gestão de resíduos sólidos, que sustente um planeamento a longo prazo, adequado ao posicionamento do futuro desenvolvimento de Macau. Está a decorrer de forma ordenada o estudo de viabilidade da expansão e modernização da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau.

## 5.3. ÁGUAS RESIDUAIS

O Governo da RAEM encarregou uma empresa de consultadoria para efectuar a avaliação geral do tratamento das águas residuais de Macau e foram lançados os concursos públicos para os serviços de operação e manutenção da ETAR da Península de Macau e da ETAR do Parque Industrial Transfronteiriço de Macau. Por outro lado, está a ser promovido, de forma programada, o estudo sobre a optimização da ETAR da Península de Macau.

## 5.4. VEÍCULOS ABATIDOS E MATERIAIS INERTES RESULTANTES DE DEMOLIÇÕES E CONSTRUÇÕES

No que diz respeito ao tratamento dos veículos abatidos de Macau, segundo o Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, foram adquiridos, em 2016, equipamentos de software e hardware afectos ao sistema operacional e de controlo para a transferência inter-regional de veículos obsoletos, tendo sido promovidos, em conjunto com os serviços do Interior da China, os trabalhos de definição do respectivo mecanismo. Sendo que um dos projectos do Acordo-Quadro de Cooperação Guangdong-Macau, será decidido, ainda em 2016, o local de recepção no Interior da China para a construção das respectivas infra-estruturas e serão desenvolvidos os trabalhos preliminares para a construção de instalações de triagem no Aterro para Resíduos de Materiais de Construção.

## 5.5. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

Tendo em vista a melhoria da qualidade do ar e para salvaguardar a saúde da população, a tutela dos Transportes e Obras Públicas tem vindo a otimizar as respectivas leis e diplomas legais, tendo concluído a elaboração das “Normas Relativas à Gasolina Sem Chumbo e ao Gasóleo Leve para Veículos”, publicadas em 2016. Estão ainda a ser elaborados os regulamentos administrativos sobre “Valores-limite de Emissão de Gases de Escape Poluentes dos Veículos em Circulação e Métodos de Medição” e “Plano de Apoio Financeiro ao Abate de Motociclos e Ciclomotores a Dois Tempos”.

A fim de corresponder à implementação dos diplomas, o novo centro de inspecção de veículos automóveis entrará em funcionamento no final do ano, no Cotai, bem como será criado um centro de inspecção de motociclos na zona da Areia Preta com mais

equipamentos, de forma a aumentar a capacidade diária de inspecção de 280 para 650 veículos, respondendo às novas exigências de inspecção.

Além disso, a DSPA encontra-se a elaborar o regulamento administrativo respeitante às normas de emissão de poluentes atmosféricos dos reservatórios de combustíveis e dos estabelecimentos de indústrias químicas e farmacêuticas e regime de fiscalização. Foi ainda elaborado o “Plano de Curto, Médio e Longo Prazo para a Introdução e Promoção de Eco-veículos em Macau”, que visa definir as directrizes para a promoção a longo prazo dos eco-veículos em Macau.

No que se refere aos veículos eléctricos, a população tem à sua disposição as «Directrizes Técnicas de Segurança de Instalações de Carregamento de Veículos Eléctricos», lançadas pelo Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético (GDSE), que servem de referência à instalação de equipamentos para carregamento de veículos eléctricos, de modo a garantir a segurança na utilização da electricidade. Por outro lado, irá ser concluída, até ao final do ano, a instalação de 60 pontos de carregamento de veículos ligeiros em parques de estacionamento públicos que entrarão, sucessivamente, em funcionamento, facilitando o carregamento por parte da população. Foram também iniciados os trabalhos de estudo dos critérios à instalação de equipamentos para carregamento de veículos eléctricos em novos edifícios.

O Governo da RAEM, em conjunto com Guangdong e Hong Kong, levou a cabo um estudo sobre as partículas suspensas (PM<sub>2,5</sub>), tendo sido concluído o relatório da primeira fase em 2016.

A Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos (DSMG) instalou uma nova estação de monitorização da qualidade do ar em Ká Hó, bem como mais equipamentos portáteis na cidade, e vai criar um índice de qualidade do ar, actualizado de hora a hora, para facilitar a divulgação destas informações, melhorando o sistema de previsão da qualidade do ar.

Em 2016, o Governo da RAEM, em conjunto com uma entidade de investigação do Interior da China, concluiu o estudo relativo à previsão do desenvolvimento económico de Macau e os seus reflexos nas emissões de gases com efeito de estufa para definir medidas de redução que permitam transformar Macau numa cidade de baixo carbono. Foi ainda finalizado o capítulo de Macau referente à actualização do “Primeiro Relatório Bienal da China” sobre alterações climáticas, entregue à Divisão das Alterações Climáticas da Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Reforma, o qual se encontra a ser apreciado. Por outro lado, segundo as novas exigências e tendências internacionais, foi incrementada a recolha de dados relativamente a esta matéria, para melhorar futuramente a base de dados e os métodos de avaliação. Serão também criadas mais instalações para a monitorização dos gases com efeito de estufa.

## 5.6. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL

Tendo em conta que a Lista de Tipos de Projectos sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental lançada há mais de dois anos (a título experimental), bem como a colaboração

dos trabalhos de gestão da área marítima sob jurisdição da RAEM, a DSPA encontra-se a proceder à revisão da Lista, auscultando as opiniões dos serviços relevantes, das associações e dos diferentes sectores, de forma a incrementar a operacionalidade dos futuros trabalhos de avaliação de impacto ambiental.

## 5.7. RESÍDUOS ELECTRÓNICOS

Tendo em conta que a substituição de novos aparelhos electrónicos é cada vez mais célere, a população está sensibilizada para a necessidade de tratamento apropriado dos resíduos electrónicos. Deste modo, a DSPA encontra-se a elaborar e a ampliar os pontos de recolha de resíduos electrónicos, procurando criar, até ao final do corrente ano, cerca de 50 pontos de recolha, para maior conveniência da população.

## 5.8. RESÍDUOS ALIMENTARES

A DSPA irá instalar até ao final do ano novos aparelhos com capacidade diária de tratamento de 1000 quilogramas de resíduos alimentares na Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau, deste modo, a capacidade diária de tratamento da Central poderá atingir os 1400 quilogramas. Foi ainda dado início, em Julho, ao primeiro projecto de reciclagem de resíduos dos estabelecimentos de restauração de Seac Pai Van. Manter-se-á a cooperação com os diversos sectores quanto aos trabalhos de reciclagem de resíduos alimentares, promovendo a responsabilidade social nessa área.

## 6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

A tutela dos Transportes e Obras Públicas continua a promover o reajustamento dos respectivos serviços. Em 2016, foi concluída a fusão da Comissão de Segurança dos Combustíveis com o Corpo de Bombeiros, enquanto os trabalhos relativos à fusão da DSRT com a DSC também se encontram na fase final. A nível dos Conselhos Consultivos desta tutela, as respectivas atribuições e competências continuaram a ser ajustadas.

Tendo em conta a tendência mundial de generalização do uso das tecnologias de informação e a promoção da sua aplicação por parte do Governo da RAEM, os departamentos estão a desenvolver serviços electrónicos para incrementar a sua eficiência e responder às necessidades da população:

- Tendo em conta o elevado número de pedidos de licença de mediação imobiliária, o IH lançou serviços de marcação através da internet, com vista a reduzir o tempo de espera dos requerentes;

- A DSC concluiu a combinação do serviço “Caixa Postal Electrónica Segura” (SEP Box) com o serviço de “Cacifo Electrónico” (eLocker);

- A DSCC procedeu à actualização do serviço de compras on-line, permitindo a utilização deste serviço através de novas versões dos browsers mais utilizados;

- A DSAT lançou a aplicação móvel “Localização dos autocarros”, prevendo-se que, até ao final do ano, possa disponibilizar informações relativas à hora da chegada à paragem de 79 carreiras em tempo real e a consulta da paragem de autocarro mais próxima do utilizador do telemóvel, através do sistema de posicionamento geográfico;

- A DSSOPT, irá disponibilizar, ainda este ano, através da sua página electrónica, a consulta sobre o andamento dos pedidos de documentos autenticados dos projectos de construção.

Os serviços da área dos Transportes e Obras Públicas irão promover melhorias ao nível da comunicação para que a população possa ser devidamente esclarecida quanto às políticas e para aumentar a transparência nesta área de governação. Neste sentido, os serviços continuarão a reforçar o contacto com a população e com a comunicação social e será disponibilizada mais informação nos respectivos sítios da Internet. A partir de 2016, o Conselho do Planeamento Urbanístico disponibiliza no seu sítio electrónico ([www.cpu.gov.mo](http://www.cpu.gov.mo)) gravações em vídeo das últimas seis reuniões, permitindo ao público conhecer melhor as matérias discutidas no seio do Conselho do Planeamento Urbanístico.

Além disso, o IH irá disponibilizar na sua página electrónica e actualizar periodicamente informações relativas ao número de escrituras públicas celebradas de compra e venda das fracções de habitação económica.

Os trabalhos relativos ao controlo do número de veículos dos serviços e à redução de lugares de estacionamento reservados em auto-silos públicos terão continuidade. Desde a tomada de posse deste Governo, não foi registado, na tutela dos Transportes e Obras Públicas, qualquer aumento da frota dos respectivos serviços (automóveis e motociclos), nem de lugares de estacionamento reservados em auto-silos públicos.

Continua a ser promovida a racionalização de recursos e o aumento de capacidade de execução dos serviços e funcionários, tendo a tutela de Transportes e Obras Públicas registado, em 2015, uma taxa de execução do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA) de 85%. Em 2016, registou-se um total de 436 projectos de concepção, execução e estudo concluídos e em curso. Por outro lado, os funcionários desta tutela têm assegurado os diversos serviços prestados ao público, o tratamento dos pedidos apresentados pela população e a resposta a consultas, queixas e sugestões relacionadas com diferentes matérias. Apesar do volume de trabalho que tem vindo a aumentar, manteve-se o número de funcionários nos 3400 em 2016, ou seja cerca de 10% do número total de funcionários do Governo da RAEM, revelando os esforços desenvolvidos por toda a equipa.

# LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 2017

## 1. PLANEAMENTO URBANÍSTICO

A DSSOPT procura concluir o concurso público do Plano Director em 2017, procedendo assim à sua elaboração o mais rapidamente possível, com vista a promover o desenvolvimento sustentável de Macau.

O Conselho para a Renovação Urbana irá definir as estratégias de renovação urbana a curto, médio e longo prazo, dando sucessivamente início aos trabalhos, em prol da promoção do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, o Governo da RAEM irá empenhar-se nos trabalhos relativos à construção dos Novos Aterros e à reversão de terrenos, designadamente através do reforço do combate à ocupação ilegal e da declaração da caducidade das concessões, de forma a criar condições favoráveis para a futura reserva de terrenos de Macau.

### 1.1. NOVOS ATERROS

Prevê-se que o estudo do Plano do Desenvolvimento Articulado da Zona Leste de Macau, que abrange a Zona A, seja concluído em 2017, pela DSSOPT.

Após a elaboração das plantas de condições urbanísticas da Zona Administrativa e Judiciária da Zona B, será promovida a construção dos edifícios para a instalação de serviços públicos. Por outro lado, em articulação com a construção desses edifícios, será definido o planeamento das infra-estruturas públicas.

Será promovido o estudo relativo ao planeamento da Zona E1.

### 1.2. QUARTA LIGAÇÃO MACAU-TAIPA

Uma vez aprovada pelo Governo Central a avaliação do impacto ambiental marítimo, o Governo da RAEM espera concluir os trabalhos de adjudicação do projecto e construção da quarta ligação Macau-Taipa, em 2017, dando depois início às obras.

### 1.3. RENOVAÇÃO URBANA

Depois de o Conselho para a Renovação Urbana se pronunciar sobre a forma de desenvolver os trabalhos relativos a esta matéria, isto é, se os trabalhos são promovidos pelo Governo ou por uma empresa de capitais públicos, os grupos especializados irão promover os trabalhos, de acordo com as suas funções. Em 2017, três grupos especializados do Conselho procederão às discussões profundas sobre os pormenores dos trabalhos de renovação urbana, definindo estratégias a curto, médio e longo prazo.

Relativamente à estratégia a longo prazo, o Conselho irá estabelecer um quadro de trabalhos mais funcional, no qual se inclui a discussão sobre a participação e o papel a desempenhar por todas as partes envolvidas. Por outro lado, para uma melhor elaboração das propostas, tomar-se-á como referência as experiências e processos modernos de outros países e regiões referentes à renovação urbana, revitalização de bairros e reconstrução de edifícios.

No que diz respeito aos trabalhos a médio prazo, será estudada uma política fiscal para a renovação urbana, tendo em conta a aplicação das leis existentes e a adaptação jurídica das respectivas legislações.

A curto prazo, serão aperfeiçoadas as normas do Fundo de Reparação Predial e estudada a viabilidade de criação de novos tipos de apoio financeiro.

## 1.4. GESTÃO DE SOLOS

O Governo da RAEM irá proceder ao estudo sobre a criação de uma reserva de terrenos, que envolverá os Novos Aterros, os terrenos ilegalmente ocupados e da declaração da caducidade das concessões.

A par do estudo sobre o aproveitamento dos Novos Aterros, o Governo continuará a combater os actos de ocupação ilegal de terrenos da RAEM. Quanto aos terrenos cujo prazo de arrendamento ainda não terminou e que não tenham sido aproveitados dentro do prazo e no âmbito das condições contratualmente estipuladas, o Governo dará início ao procedimento de declaração da caducidade, nos termos da Lei de Terras.

No que diz respeito à legislação complementar da Lei de Terras, prevê-se que, em 2017, fique concluído o projecto do regulamento de concessão de terrenos da RAEM através de concurso público. Por outro lado, será iniciada a elaboração do diploma “Método para Estipular as Taxas Anuais e Cauções pela Concessão de Uso Privativo”.

## 1.5. REDE DE INFORMAÇÃO CADASTRAL

Os dados da “Rede de Informação Cadastral” relativos aos terrenos, planeamento, registo, património cultural, entre outros, continuarão a ser actualizados e, em articulação com o levantamento e a avaliação do património cultural, são disponibilizadas ainda informações relativas à lista classificativa dos edifícios de património cultural a salvaguardar, bem como à fixação e alteração das zonas de protecção do património cultural, de modo a disponibilizar-se informações geoespaciais mais actualizadas nos mapas.

Com a clarificação por parte do Governo Central sobre as áreas marítimas e as delimitações terrestres sob jurisdição da Região Administrativa Especial de Macau e a promoção das acções do Plano de Desenvolvimento dos Novos Aterros, também essas informações serão integradas na “Rede de Informação Cadastral”. Por outro lado, procurar-

se-á criar um mecanismo inter-serviços de troca de informações, com vista a disponibilizar mais informações nas páginas electrónicas.

Em 2017, a DSCC irá intensificar a aplicação de tecnologia de posicionamento por satélite no âmbito profissional, estudando ainda a sua aplicação na vida quotidiana, aumentando a possibilidade da sua integração nas áreas de transporte, turismo guiado, logística, entre outras.

## 1.6. ÁGUAS TERRITORIAIS

A Comissão de Coordenação da Gestão e do Desenvolvimento da Área Marítima, dirigida pelo Chefe do Executivo, encontra-se a elaborar o projecto da “Lei de Bases da Área Marítima” e do regulamento administrativo “Regime de Administração de Utilização da Área Marítima”, de forma a definir os princípios-base para a exploração e utilização da área marítima e a estabelecer o regime de pedido, apreciação e fiscalização de utilização da área marítima.

Tendo em conta a definição das áreas marítimas sob a jurisdição de Macau, a tutela dos Transportes e Obras Públicas irá aperfeiçoar o hardware e software, e melhorar os trabalhos de gestão marítima, nomeadamente aumentando o número do pessoal dos serviços de assuntos marítimos e reforçando a formação profissional na área de salvamento marítimo e de gestão de tráfego marítimo. Por outro lado, serão estreitados os laços com os serviços marítimos das regiões vizinhas, no sentido de aumentar as capacidades de salvamento em resposta a acidentes no mar.

## 2. INFRA-ESTRUTURAS

A fim de ir ao encontro das necessidades do desenvolvimento de Macau, especialmente das políticas de transportes, habitação, saúde, desportos, entre outras, a tutela dos Transportes e Obras Públicas continuará a promover e a acelerar a construção das obras públicas e das infra-estruturas.

Por outro lado, a DSSOPT continuará a promover os trabalhos de revisão de diplomas, designadamente do “Regime Jurídico do Contrato das Empreitadas de Obras Públicas”, e irá concluir, em 2017, a revisão da proposta de “Deontologia Profissional e Regime Disciplinar de Arquitectos, Engenheiros e Urbanistas”.

### 2.1. NOVOS ATERROS E ILHA ARTIFICIAL

O Governo da RAEM espera que o problema do fornecimento de areia seja resolvido o mais rapidamente possível. Caso seja, prevê-se que as restantes obras de aterro da Zona A sejam concluídas em 2017.

Após a conclusão do planeamento da Zona Administrativa e Judiciária da Zona B, a tutela dos Transportes e Obras Públicas dará início à concepção dos projectos das respectivas infra-estruturas e das instalações públicas.

O concurso para a concepção dos aterros das Zonas C e D será realizado em 2017, prevendo-se que a concepção da Zona C esteja concluída no mesmo ano.

Devido à questão do fornecimento de areia, as obras de aterro da Zona E1 apenas estarão concluídas em 2017. Quanto à Zona E2, será iniciada a construção das redes viárias, de drenagens, entre outras infra-estruturas, em 2017.

Relativamente à empreitada do posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, após a conclusão das fundações, o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (GDI) dará início à construção das superestruturas e das restantes infra-estruturas, procurando que o mesmo entre em funcionamento, em simultâneo, com a Ponte.

## **2.2. METRO LIGEIRO**

Tendo em conta a entrada em funcionamento, em 2019, da Linha da Taipa, o Governo da RAEM irá criar, em 2017, uma empresa de capitais públicos, que substituirá o GIT, impulsionando os trabalhos preparatórios para a elaboração da legislação relacionada com o Sistema do Metro Ligeiro, tendo em vista a criação de um sistema de gestão e exploração deste meio de transporte para garantir a qualidade e segurança do serviço.

### **Linha da Taipa**

Após a conclusão das obras de construção civil do viaduto com 9,3 km de extensão e das 11 estações da Linha da Taipa, será dada continuidade aos trabalhos relativos à montagem dos sistemas e equipamentos nas estações e no viaduto, em 2017.

Com o reinício das obras da superestrutura do Parque de Materiais e Oficina, serão promovidos os trabalhos de construção, sendo que a zona de estacionamento de comboios será primeiramente concluída em 2017, de forma a facilitar numa fase seguinte a chegada dos comboios.

### **Ligação Taipa-Macau**

O projecto da Estação da Barra, que articulará as Linhas da Taipa e da Península de Macau, será alterado em conformidade com a decisão a tomar relativamente ao trajecto da Linha de Macau, prevendo-se a sua conclusão em 2017.

Em relação ao Centro Intermodal de Transportes da Barra, foi concluída a escavação da cave e a construção das fundações, pelo que será dado início, em 2017, à construção da estrutura principal da cave.

## **Linha de Seac Pai Van**

Será iniciada, em 2017, a elaboração do projecto da Linha de Seac Pai Van.

### **2.3. HABITAÇÃO PÚBLICA**

Com a revisão do projecto de habitação social do bairro Tamagnini Barbosa, será relançado, em 2017, o concurso para a adjudicação da obra. Concluído o concurso para a construção da habitação pública de Mong Há – Fase 2 e da Reconstrução do Pavilhão Desportivo de Mong Há, serão reiniciadas as obras também em 2017.

As seguintes habitações públicas serão concluídas em 2017: edifício do Bairro da Ilha Verde, edifício Cheng Tou, edifício Fai Ieng e ainda o edifício Iat Fai, na Taipa, disponibilizando um total de mais de 3400 fracções.

Quanto à habitação pública na Avenida de Venceslau de Moraes, será iniciada a elaboração do projecto, quando estiver concluída a avaliação ambiental relativa aos trabalhos de demolição das instalações existentes.

Prevê-se a conclusão, em 2017, do edifício com dez pisos para instalações sociais em Seac Pai Van (terreno CN6d), que contará com parque de estacionamento, centro de saúde, centro para idosos, entre outros.

### **2.4. NOVO ACESSO ENTRE GUANGDONG E MACAU – NOVO POSTO FRONTEIRIÇO**

A construção do novo acesso fronteiro Guangdong-Macau, engloba, na sua primeira fase, a construção do novo mercado abastecedor. Seguir-se-á a entrega do novo mercado à entidade gestora para se iniciar os trabalhos de transferência do actual mercado e a respectiva demolição. Prevê-se que a concepção seja concluída em 2017, dando assim início à sua construção.

### **2.5. COMPORTA NO PORTO INTERIOR**

Com base nos resultados obtidos no estudo relativo à viabilidade da construção de uma comporta no Porto Interior e no estudo do plano geral de prevenção de cheias e da drenagem da zona marginal do Porto Interior, serão iniciados, em 2017, os estudos específicos para a construção da comporta. A elaboração do projecto só poderá ser iniciada após a conclusão dos respectivos estudos e a autorização do Governo Central. O Governo da RAEM irá manter uma comunicação estreita com os serviços competentes do Interior da China, de forma a promover o referido projecto mediante a cooperação regional.

## 2.6. TERMINAIS MARÍTIMOS

A entrada em funcionamento do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa está prevista para 2017. Na primeira fase, estarão disponíveis onze lugares para embarcações, sendo que os restantes oito entrarão gradualmente em funcionamento. A DSAMA coordenou com os serviços públicos competentes e as entidades utilizadoras a instalação dos equipamentos para assegurar o funcionamento regular do Terminal Marítimo. As instalações complementares interiores do Terminal Marítimo serão gradualmente optimizadas. Espera-se que, com uma articulação com os meios de transporte terrestre e aéreo, o novo Terminal Marítimo possa desenvolver a função de centro intermodal das ilhas, proporcionando ao público melhores condições de deslocação e serviços mais convenientes nos postos fronteiriços.

## 2.7. TÚNEL DE KÁ HÓ

Caso seja resolvida a questão do transporte de explosivos, os trabalhos do túnel de Ká Hó serão retomados, bem como o acesso à ligação da saída Sul.

## 2.8. COMPLEXO DE CUIDADOS DE SAÚDE DAS ILHAS

O projecto do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas está dividido em duas fases, sendo que a primeira abrange a construção do Instituto de Enfermagem, do Edifício Residencial para Trabalhadores, do Edifício Hospitalar Geral, do Edifício de Apoio Logístico e Túnel de Serviço, do Edifício de Administração e Multi-Serviços, bem como do Laboratório de Saúde Pública, e a segunda fase as obras do Hospital de Reabilitação.

Está prevista a conclusão, em 2017, das fundações dos restantes quatro edifícios da primeira fase. Foram já iniciados os trabalhos relativos aos concursos para a adjudicação das obras das superestruturas do Instituto de Enfermagem e do Edifício Residencial para Trabalhadores e esta tutela está a coordenar com os utilizadores os projectos das caves e superestruturas das restantes edificações, sendo que, após a aprovação dos projectos de execução, serão iniciados os respectivos concursos.

## 2.9. NOVO ESTABELECIMENTO PRISIONAL

As obras da segunda fase da construção do Novo Estabelecimento Prisional terão continuidade. No que diz respeito às obras da terceira fase, o respectivo projecto será concluído em 2017, porém, os trabalhos só terão início após a conclusão preliminar das obras da segunda fase, tendo em conta as limitações do estaleiro.

## 2.10. EDIFÍCIO DAS DOENÇAS INFECTO-CONTAGIOSAS

O GDI dará início à segunda fase das demolições das edificações existentes no terreno destinado à construção do Edifício das Doenças Infecto-Contagiosas, assim que receber as informações do projecto, o concurso público será lançado.

## 2.11. CENTRO DE FORMAÇÃO E ESTÁGIO DE ATLETAS

Serão iniciadas, em 2017, as obras de fundações do Centro de Formação e Estágio de Atletas, sendo que o concurso dependerá da entrega do projecto de execução.

## 2.12. FORNECIMENTO DE ELECTRICIDADE

Em 2017, o GDSE continuará a procurar, nos bairros antigos, espaços públicos adequados para a construção de novas instalações de distribuição de electricidade. Nesse sentido, será dado acompanhamento aos cinco trabalhos de construção e à selecção de outros locais para a construção de postos de transformação ao ar livre, seja por os processos para a concessão de terrenos ainda não estarem concluídos ou por os locais ainda não terem sido confirmados. Serão também acompanhados quatro projectos para a construção integrada de postos de transformação em lugares adjacentes a pontos de recolha de lixo e salas de transformador, cuja localização já foi confirmada. Logo que os projectos fiquem concluídos, iniciar-se-ão os trabalhos de construção.

Será iniciada a obra de construção da terceira interligação de transmissão eléctrica de 220 kV, entre Guangdong e Macau, em 2017. Após a sua conclusão, será aumentada a capacidade de interligação entre as redes de Guangdong e de Macau, possibilitando a transmissão de electricidade para Macau em quantidade suficiente para satisfazer a procura de electricidade a longo prazo.

As redes eléctricas locais continuarão a ser optimizadas, com vista a atender à procura de electricidade derivada dos projectos de ampliação do Centro Hospitalar Conde de São Januário, do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas e da Área Fronteiriça de Macau da Ponte Hong Kong - Zhuhai - Macau, pelo que serão construídas três subestações de 110 kV e serão desenvolvidos todos os esforços no sentido de concluir, em 2017, a construção da subestação do Centro Hospitalar Conde de São Januário e da subestação da Zona de Administração no Posto Fronteiriço de Macau da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau.

De acordo com a direcção estabelecida para o desenvolvimento da rede inteligente de Macau, em 2017, no âmbito do projecto-piloto de contadores inteligentes da Universidade de Macau, está planeada a instalação, a título experimental, de cerca de dois mil contadores inteligentes. Será também iniciada a substituição do sistema de monitorização da rede eléctrica e será lançado o projecto de construção do novo centro de despacho, de modo a

elevant as capacidades de monitorização e de despacho da rede para garantir a segurança do fornecimento de electricidade.

### **2.13. ABASTECIMENTO DE ÁGUA**

Macau e Guangdong continuarão a acompanhar a obra da quarta conduta, bem como daquela que garante o abastecimento de água bruta nas estações de Ping Gang–Guang Chang, prevendo-se a conclusão do segmento da quarta conduta no Interior da China, em 2017.

O projecto da estação de tratamento de água de Seac Pai Van será iniciada após a concessão do terreno para o efeito.

### **2.14. SERVIÇOS POSTAIS E TELECOMUNICAÇÕES**

Será dada continuidade aos trabalhos preparatórios para a abertura da Estação Postal do Fai Chi Kei, enquanto a entrada em funcionamento da Estação Postal do Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa está prevista para 2017. Em simultâneo, serão instalados mais Cacifos Electrónicos em locais considerados adequados, para conveniência dos residentes e visitantes, expandindo, deste modo, a rede postal.

Em 2017, a DSRT continuará os trabalhos preparatórios para o licenciamento da convergência das três redes (triple play), iniciando a elaboração do diploma legal, de modo a concluir o projecto até ao final do ano.

As instituições comerciais ou outras instituições privadas serão incentivadas a instalar pontos abertos de Wi-Fi para a utilização dos seus clientes, de modo a disponibilizar cada vez mais pontos de acesso. Serão criados 10 a 20 novos pontos de acesso ao serviço público gratuito WiFi GO nos principais roteiros turísticos.

### **2.15. FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL**

Após a conclusão da construção da rede de gasodutos nas áreas urbanas da Taipa e Coloane, será iniciada a colocação gradual de gasodutos na península de Macau, em coordenação com o plano de fornecimento de gás dos Novos Aterros e da Península de Macau.

Em consonância com o plano de expansão da frota de autocarros movidos a gás natural e depois de estar determinado o terreno para a construção da estação de abastecimento de gás natural, estima-se que, em 2017, o projecto seja concluído para depois se iniciarem as respectivas obras. Com a sua conclusão, a estação poderá satisfazer o abastecimento de 200 autocarros.

Relativamente ao proposto pela concessionária de importação e transporte de gás natural relativamente à reestruturação accionista, acredita-se que após uma apresentação oficial e posterior aprovação dessa proposta possa vir a ajudar a resolver o problema do fornecimento de gás natural do segmento, concretizando assim o fornecimento a partir de várias fontes e aperfeiçoando o plano de garantia do fornecimento de emergência, a fim de garantir um fornecimento estável e a longo prazo de gás natural em Macau.

### **3. TRANSPORTES**

O problema do trânsito de Macau tem-se agravado com o aumento contínuo do número de veículos, pelo que a DSAT tem adoptado diferentes medidas para melhorar a situação. No que diz respeito à Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), para além de se promover a primazia dos transportes públicos, que é o objectivo principal, procurar-se-á simultaneamente promover o controlo do número de veículos particulares. Deste modo, a DSAT irá envidar mais esforços, de modo a que o aumento anual do número de veículos seja inferior a 3,5%, até 2020.

#### **3.1. POLÍTICA GERAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES TERRESTRES DE MACAU (2010-2020)**

Tendo como objectivo melhorar o trânsito de Macau, a DSAT continuará a promover os trabalhos definidos na Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020), especialmente a política “Primazia dos transportes públicos, controlo dos veículos, alívio das vias rodoviárias e incentivo à deslocação a pé”, que inclui o planeamento do futuro modelo de serviço de autocarros, o ajustamento da Tabela de Taxas e Preços da DSAT e do tarifário dos lugares de estacionamento nas vias públicas, entre outras medidas.

#### **3.2. SERVIÇO DE AUTOCARROS**

Considerando que os contratos celebrados com as três companhias de autocarros terminam, sucessivamente, em 2017 e 2018, e tendo como referência a experiência de exploração de serviços de autocarros das regiões vizinhas, a DSAT encontra-se a estudar o futuro modelo de exploração de autocarros a adoptar.

A DSAT irá continuar a aperfeiçoar o regime de exploração de serviços de autocarro e a desenvolver de forma gradual uma rede com quatro tipos de carreiras, nomeadamente as rápidas, as que circulam apenas nas vias principais, as normais e as de ligação. Por outro lado, será realizada a fusão de algumas paragens ou separação dos seus pontos de largada e tomada de passageiros, em prol da melhoria dos serviços de autocarros.

No que diz respeito ao aperfeiçoamento das estações de autocarros e do transporte intermodal, será iniciado o projecto de reordenamento da estação da Praça de Ferreira do Amaral, de forma a melhor aproveitar o espaço existente e a otimizar a zona de espera dos autocarros e das instalações pedonais. Com a entrada em funcionamento dos terminais de autocarros na Avenida de Vale das Borboletas de Seac Pai Van e no Centro Comunitário junto à povoação Chun Su Mei da Taipa, será planeado o reajustamento das carreiras existentes. Por outro lado, prevê-se que o terminal no edifício Bairro da Ilha Verde entre em funcionamento em 2017, o que contribuirá para a melhoria dos serviços de autocarros dessa zona.

Por outro lado, a DSAT irá continuar a coordenar com as concessionárias do jogo, de forma a reforçar os trabalhos de controlo do número dos autocarros explorados pelas mesmas.

### **3.3. SERVIÇO DE TÁXIS**

Com a atribuição das 250 licenças de táxis normais, através do concurso público de 2016, prevê-se que a exploração dos respectivos serviços de táxis tenha início em 2017. Quanto aos táxis especiais, está também previsto o início da sua exploração em 2017, uma vez que a conclusão do respectivo concurso público teve lugar em 2016.

Para responder às necessidades da população em termos de serviços de táxis, a DSAT encontra-se a analisar a procura com base na dimensão da população local, nos hábitos de deslocação dos passageiros, na eficiência dos serviços de táxis, na capacidade de suporte das vias rodoviárias, entre outros factores, de forma a identificar o número adequado de licenças a atribuir futuramente.

### **3.4. ESTACIONAMENTO**

Com a implementação sucessiva da nova modalidade de pagamento do estacionamento, a DSAT continuará a promover o tarifário de curta duração nas zonas mais movimentadas da cidade e a ajustar o preço e o tempo limite de estacionamento, em articulação com a política geral de trânsito, e incentivar uma utilização mais racional dos veículos particulares.

Serão criados cerca de 3600 novos lugares de estacionamento para carros e motas, com a conclusão de quatro complexos de habitação pública.

Simultaneamente, a DSAT irá continuar a instalar o sistema de cobrança electrónica de tarifas nos parques de estacionamento públicos.

### **3.5. OBRAS NAS VIAS PÚBLICAS**

A fim de minimizar o impacto das obras nas vias públicas no dia-a-dia dos residentes, o Grupo de Coordenação das Obras Viárias irá empenhar-se no aperfeiçoamento do

mecanismo de coordenação e do sistema de gestão das obras nas vias públicas. Antes da execução das obras nas principais vias, será estudado o eventual impacto sobre as vias adjacentes, através de simulações feitas em computador, de forma a encontrar a solução mais conveniente. Por outro lado, o Grupo irá reforçar os trabalhos de divulgação das alterações de trânsito, a transparência das informações, bem como a aplicação de penalizações por atraso das obras, de forma a aumentar a fiscalização das obras nas vias públicas.

### **3.6. REDES PEDONAIS**

A DSSOPT irá iniciar os trabalhos de elaboração dos projectos relativos à construção do sistema pedonal da Guia, incluindo túneis, pontes pedonais, entre outras instalações, de forma a prosseguir com a construção de uma rede pedonal que abranja o NAPE e a zona junto da Avenida de Horta e Costa, incentivando as deslocações a pé, em linha com os objectivos traçados na Política Geral de Trânsito e Transportes Terrestres de Macau (2010-2020).

### **3.7. AVIAÇÃO**

O Governo da RAEM irá submeter ao Governo Central um pedido para a construção de novos aterros com 172 hectares entre os dois taxiways existentes no Aeroporto que ligam a ilha artificial da pista e da extensão da mesma. Por outro lado, a CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau irá estudar o financiamento do projecto, tendo em conta o Plano de Desenvolvimento do Aeroporto Internacional de Macau.

## **4. HABITAÇÃO**

A habitação é uma questão de grande importância para a população e à qual o Governo da RAEM presta muita atenção. A política de habitação pública continuará a assentar no princípio de que a habitação social terá um papel primordial e a habitação económica um papel secundário. Procurar-se-á acelerar o processo de apreciação e aprovação dos pedidos de modo a apoiar as famílias mais carenciadas na resolução dos seus problemas habitacionais. Será, por outro lado, feito um estudo sobre a procura de habitação pública pelos residentes de Macau, com o objectivo de planear eficazmente o desenvolvimento da habitação pública, para que se possa ir ao encontro das reais necessidades da população neste âmbito.

### **4.1. PLANEAMENTO DA HABITAÇÃO PÚBLICA**

De modo a garantir uma utilização racional dos recursos públicos e um bom planeamento para a construção da habitação pública, o IH encarregou uma instituição

académica de estudar o ambiente habitacional de Macau, com enfoque na procura por habitação pública, prevendo-se que o relatório final esteja concluído em 2017.

Para além de reservar terrenos na Zona A para a construção, a longo prazo, de 28000 fracções de habitação pública, o Governo vai ainda planear, a curto e médio prazo, a construção de habitações públicas e respectivas instalações de apoio no terreno onde está actualmente localizada a Central Térmica da CEM e noutra situado na Avenida Wai Long, na Taipa.

## 4.2. ATRIBUIÇÃO E GESTÃO DA HABITAÇÃO PÚBLICA

Quatro projectos de habitação pública serão concluídos em 2017:

Nome do Edifício	T1	T2	T3	Total
Bairro da Ilha Verde (hab. económica)	345	1577	434	2 356
Cheng Tou (hab. económica)	0	378	0	378
Fai Ieng (hab. económica)	0	336	100	436
Iat Fai (hab. económica)	0	288	0	288
Total	345	2,579	534	3,458

O IH procurará concluir, em 2017, os trabalhos de selecção dos agregados familiares em lista de espera do concurso de habitação social de 2013, procedendo à atribuição de habitação social aos agregados familiares qualificados. A par disso, proceder-se-á, em 2017, à pré-atribuição ou venda das fracções aos candidatos qualificados no concurso para aquisição de habitação económica de diferentes tipologias.

No ano de 2017, será concluída a apreciação da titularidade de propriedade de cerca de 2600 agregados familiares da lista de espera das 19 mil fracções de habitação pública nos edifícios Koi Nga, Ip Heng e Cheng Chong, e serão emitidos os termos de autorização aos agregados qualificados, bem como será dada continuidade à celebração das escrituras públicas de compra e venda com os agregados familiares que preencham os requisitos. Após a confirmação do registo da propriedade horizontal do edifício Cheng I, serão celebradas as respectivas escrituras públicas.

Com o intuito de assegurar a eficácia da utilização dos recursos públicos, o IH irá reforçar os trabalhos de fiscalização da utilização da habitação pública, de modo a detectar eventuais infracções referentes à utilização da habitação económica para outro fim que não o de habitação permanente.

A fim de otimizar a utilização das instalações comunitárias nos edifícios de habitação pública, o Governo da RAEM continuará a melhorar e a promover as instalações sem

barreiras arquitectónicas e irá reservar espaço para a instalação de equipamentos comunitários e comerciais nas habitações públicas recém-construídas que entrarão gradualmente em funcionamento. Por outro lado, o IH irá criar um balcão de informações na área pública da habitação social para divulgar notícias, recolher opiniões e sugestões dos arrendatários e promover a cooperação entre o Governo, empresas de administração e arrendatários, tendo em vista a melhoria do ambiente habitacional.

A fim de aliviar os encargos com a habitação dos agregados familiares em lista de espera, o prazo de aplicação do plano provisório de atribuição de abono de residência será prorrogado. Mantém-se a atribuição do abono mensal de 1650 patacas e de 2500 patacas, respectivamente, aos agregados familiares com uma a duas pessoas e com três ou mais pessoas. Também serão aplicadas as medidas de isenção de renda, com base em classes de rendimento, para os arrendatários de habitação social. Com efeito, os arrendatários que não ultrapassem o rendimento máximo determinado ficam isentos do pagamento da renda mensal até 2 000 patacas, enquanto os arrendatários com rendimento superior ao limite máximo não ficam isentos do pagamento de qualquer montante, em linha com o mecanismo de saída de habitação social dos agregados familiares com rendimento superior ao limite máximo mensal determinado, e de modo a poder satisfazer, com prioridade, as necessidades habitacionais das famílias de baixo rendimento.

### **4.3. NOVO TIPO DE HABITAÇÃO PÚBLICA**

Através de uma consulta pública sobre a possibilidade de criação de um novo tipo de habitação pública, o IH já recolheu as opiniões e sugestões dos residentes e dos diversos sectores da sociedade. Em 2017, o resultado desta consulta será analisado a par de outros factores, para que seja tomada uma decisão sobre esta matéria.

### **4.4. FUNDO DE REPARAÇÃO PREDIAL**

Através do Fundo de Reparação Predial (FRP), o IH continuará a incentivar a criação de comissões administrativas dos edifícios habitacionais, comerciais e industriais, bem como a prestar apoio técnico na elaboração dos projectos de reparação dos edifícios. Será estudada a optimização dos planos de apoio financeiro do FRP e dar-se-á início aos estudos de viabilidade sobre novos apoios financeiros, tendo em conta a política de renovação urbana implementada pelo Governo da RAEM.

### **4.5. APERFEIÇOAMENTO DO REGIME JURÍDICO**

Tendo em vista o ajustamento da política de habitação pública à realidade actual e para responder às necessidades da população, o IH iniciou os trabalhos de revisão dos regimes jurídicos da habitação pública. Através do aperfeiçoamento dos regimes de candidatura, gestão e atribuição e do reforço da aplicação da tecnologia informática, pretende-se

aumentar a eficiência administrativa e assegurar uma utilização racional dos recursos públicos, bem como responder de forma mais eficaz às necessidades habitacionais dos residentes. Em 2017, o IH irá concentrar-se nos trabalhos de revisão da Lei da Habitação Social, sendo iniciados, posteriormente, os trabalhos de revisão global e integral do Regime Jurídico da Habitação Económica.

Após a votação pela Assembleia Legislativa da proposta de Lei da Actividade Comercial de Administração de Condomínios e, caso esta seja aprovada, o IH implementará o processo de concessão da licença de empresa de administração de condomínios e irá disponibilizar serviços electrónicos para o pedido da mesma, proporcionando, na sua página electrónica, mais informações para promover o desenvolvimento deste sector, a profissionalização dos serviços de administração dos edifícios e a qualidade de administração dos mesmos.

## **5. PROTECÇÃO AMBIENTAL**

A questão da protecção ambiental reveste-se de grande importância, pelo que será necessário implementar medidas neste sentido, de modo contínuo, a fim de garantir a qualidade ambiental e de salvaguardar a saúde da população. Como os trabalhos de protecção ambiental de Macau têm ainda espaço para melhorias, serão reforçados os esforços com os diversos sectores da sociedade no que se refere à gestão de resíduos e melhoria da qualidade do ar.

De acordo com o “Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau” a concluir e publicar em 2017, será incentivada a recolha de recursos recicláveis e a redução de resíduos, continuando a otimizar-se as infra-estruturas ambientais. Em simultâneo, serão implementados os regulamentos administrativos que possam contribuir para a melhoria da qualidade do ar e procurar-se-á definir os padrões para as emissões.

### **5.1. PLANEAMENTO DA PROTECÇÃO AMBIENTAL DE MACAU (2010-2020)**

Com base na proposta apresentada após a revisão intercalar do “Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)”, a DSPA irá proceder ao ajustamento dos trabalhos, de acordo com a situação do desenvolvimento de Macau, e dará continuidade às acções de sensibilização da população.

### **5.2. GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

O Governo da RAEM incumbiu uma empresa de consultadoria de proceder à avaliação e ao estudo sobre a gestão dos resíduos sólidos, de forma a avaliar as práticas actuais e definir um plano de melhoramento. A DSPA procura concluir, em 2017, a avaliação do sistema

de gestão dos resíduos sólidos de Macau, dando posteriormente início aos respectivos trabalhos preparatórios.

## **Redução de Resíduos**

Serão envidados esforços para promover a redução de resíduos, a recolha e reutilização dos recursos recicláveis, como prevê o “Plano de Gestão de Resíduos Sólidos de Macau”. Paralelamente serão criadas medidas de apoio ao sector da reciclagem, de modo a facilitar o seu desenvolvimento sustentável.

Os diplomas legais referentes ao “Regime da Gestão de Resíduos de Materiais de Construção de Macau” e à “Limitação do uso de sacos de plástico” serão elaborados e incentivar-se-á os residentes a reduzir o uso de sacos de plástico, de forma a preparar a implementação da cobrança de uma taxa sobre os sacos plásticos.

## **Central de Incineração**

Quando o estudo de viabilidade relativo à expansão e modernização da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau estiver concluído, será dado início ao respectivo projecto, pretendendo-se que seja concluído no mesmo ano.

### **5.3. ÁGUAS RESIDUAIS**

O Governo da RAEM encarregou uma empresa de consultadoria de efectuar uma avaliação e estudo sobre as instalações de tratamento das águas residuais de Macau, observando a situação das mesmas e avaliando a tendência do volume de produção de águas residuais, de forma a definirem-se os respectivos planos de desenvolvimento a curto, médio e longo prazo. Pretende-se, assim, concluir a elaboração do planeamento das instalações de tratamento de águas residuais de Macau em 2017. Por outro lado, será promovido um estudo prévio de melhoramento da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Península de Macau. Em 2017, continuará a ser realizado o projecto de construção de uma nova ETAR a Sul do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, na expectativa de que possa vir a aliviar, a longo prazo, a pressão que a ETAR da Península de Macau hoje regista.

### **5.4. VEÍCULOS ABATIDOS E MATERIAIS INERTES RESULTANTES DE DEMOLIÇÕES E CONSTRUÇÕES**

No âmbito do Acordo-Quadro de Cooperação Guandong-Macau e no que diz respeito à protecção do ambiente, o Governo da RAEM continuará a coordenar com os serviços da

Província de Guangdong a implementação do projecto de transferência e tratamento inter-regional de veículos obsoletos de Macau.

No que se refere ao tratamento dos materiais inertes resultantes de demolições e construções, procurar-se-á iniciar os trabalhos para a melhoria das características geotécnicas do Aterro para Resíduos de Materiais de Construção, em 2017, de forma a promover a construção das instalações de triagem para o seu tratamento inter-regional, aperfeiçoando as instalações complementares, mediante o mecanismo de cooperação entre Guangdong e Macau.

## 5.5. MELHORIA DA QUALIDADE DO AR

No âmbito do controlo da poluição atmosférica, serão implementadas, em 2017, as “Normas Relativas à Gasolina Sem Chumbo e ao Gasóleo Leve para Veículos”, e será concluída a elaboração do regulamento administrativo referente aos “Valores-limite de Emissão de Gases de Escape Poluentes dos Veículos em Circulação e Métodos de Medição”. Por outro lado, procurar-se-á concluir ainda em 2017, a revisão dos padrões vigentes de emissão de gases de escape de veículos, ciclomotores e motociclos novos importados, bem como será estudado o ajustamento dos respectivos valores-limite para melhor controlar a emissão de gases de escape dos veículos.

Tendo em conta os problemas de qualidade do ar nas bermas das estradas, a DSMG irá realizar um projecto, com uma duração de dois anos, para o qual será instalada uma estação temporária nas bermas das estradas para a recolha de dados relativos à qualidade do ar, de forma a avaliar e acompanhar a situação.

Para o controlo das fontes fixas de poluição do ar, será dada continuidade, em 2017, aos trabalhos legislativos para a definição de normas de emissão da central térmica e das estações de tratamento de águas residuais e o respectivo regime de fiscalização.

Por outro lado, a fim de promover a protecção ambiental e uma qualidade de vida mais ecológica será dada continuidade à instalação de equipamentos de carregamento eléctrico para veículos ligeiros em cerca de 50 lugares de estacionamento de parques públicos, tendo em vista a concretização do objectivo de instalação destes equipamentos em 200 lugares de estacionamento de veículos ligeiros até 2019, de modo a promover a utilização dos veículos eléctricos. Será ainda dada continuidade à substituição das luzes de rua tradicionais por luzes LED, tendo em vista a conservação energética.

A fim de cumprir as obrigações previstas na “Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas” e no “Protocolo de Paris”, será concluída em 2017 a elaboração de uma minuta referente a Macau para a terceira “Comunicação Nacional sobre Alterações Climáticas” e será estabelecido um mecanismo mensurável, reportável e avaliável, de maneira a verificar a eficácia das políticas de redução de emissões. Este mecanismo de avaliação será gradualmente apresentado às grandes empresas que operam na Região.

Tendo em conta o novo compromisso do país, segundo o qual a emissão de dióxido de carbono atingirá o seu pico por volta de 2030, o Governo da RAEM vai elaborar um plano no mesmo sentido.

A poluição atmosférica é uma questão regional, à qual o Governo da RAEM tem atribuído grande importância, pelo que, além da introdução de medidas de melhoria contínua, também tem reforçado a cooperação regional e os serviços de monitorização locais. Neste âmbito, será iniciada, em 2017, uma análise compreensiva de dados das três regiões, nomeadamente de Guangdong, de Hong Kong e de Macau.

## **5.6. AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL**

Com base nas opiniões dos diferentes sectores sobre a implementação (a título experimental) da “Lista de Tipos de Projectos Sujeitos à Avaliação de Impacto Ambiental” e tendo em conta a experiência dos últimos anos, proceder-se-á à revisão da mesma em 2017. Esta revisão abrangerá os tipos de projectos e requisitos e terá em conta a definição das áreas marítimas sob a jurisdição de Macau, bem como as actualizações feitas nas regiões vizinhas.

## **5.7. RESÍDUOS ELECTRÓNICOS**

A DSPA encontra-se a promover, de forma programada, a recolha desses materiais para serem submetidos a tratamento inócuo. Face ao número significativo de pilhas inúteis ou usadas, serão criados mais pontos de recolha das mesmas, prevendo-se que o seu número venha a atingir cerca de 100 pontos.

## **5.8. RESÍDUOS ALIMENTARES**

A valorização dos alimentos e recolha de resíduos alimentares é uma tendência mundial. A DSPA tem-se empenhado na promoção dos trabalhos de sensibilização, junto dos diversos sectores da sociedade, de forma a incentivar as empresas a reduzir a produção de resíduos alimentares e a instalar equipamentos para o respectivo tratamento. Quanto às empresas que não tenham condições para a instalação deste tipo de equipamentos, estas serão incentivadas a tratar os resíduos através da nova máquina de tratamento de resíduos alimentares da Central de Incineração de Resíduos Sólidos. Por outro lado, os novos projectos de habitação pública terão também em conta o tratamento in loco dos resíduos alimentares produzidos pelos moradores.

## **6. MODERNIZAÇÃO E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA**

Em 2017, na tutela dos Transportes e Obras Públicas, continuarão a ser desenvolvidos os trabalhos de revisão das atribuições e de reajustamento dos serviços e das equipas de

projecto, procurando concluir os trabalhos relativos à fusão da DSRT com a DSC, em 2017, e a criação de uma empresa pública, com a futura extinção do GIT, que irá gerir a construção do Metro Ligeiro, e proceder aos trabalhos preparatórios para a sua futura exploração.

Quanto às alterações das atribuições e competências dos Conselhos Consultivos desta tutela, procurar-se-á que as mesmas sejam concluídas em 2017, de modo a reduzir a dimensão de alguns desses Conselhos e a alargar o seu âmbito de discussão para abranger todas as matérias relacionadas com esta tutela, de forma a que os respectivos trabalhos possam contribuir de forma mais eficaz para o processo de tomada de decisões do Governo da RAEM.

Será constantemente promovida a aplicação de tecnologias, nomeadamente dos serviços electrónicos, com vista a responder de forma mais eficaz às necessidades da população bem como elevar a eficácia administrativa. Para o efeito, serão lançados sucessivamente os sistemas electrónicos que envolvem o pedido de habitação pública, a gestão e requerimento da licença de mediação imobiliária e da licença de empresa de administração de condomínios, entre outros. Neste sentido, será também desenvolvida a informatização do pedido de acreditação e registo para a obtenção do título profissional de arquitecto, engenheiro, entre outras especializações.

Os serviços da tutela dos Transportes e Obras Públicas continuarão a promover melhorias ao nível da divulgação de informações nas respectivas páginas electrónicas, para que a população possa ser devidamente esclarecida quanto às políticas nesta área. A partir de 2017, nas páginas electrónicas dos serviços da tutela dos Transportes e Obras Públicas, serão disponibilizadas todas as informações relativas à adjudicação das obras públicas com valor superior a 10 milhões de patacas e de serviços com valor superior a um milhão de patacas, mediante concursos públicos ou consulta, incluindo os anúncios de concurso público, bem como os valores das propostas e das adjudicações. Por outro lado, será implementada, em 2017, a transmissão directa das reuniões do CPU na Internet, em prol de uma maior transparência.

De igual modo, continuarão a ser investidos esforços na racionalização de recursos, procurando-se controlar o número de veículos dos serviços e diminuir o número de lugares de estacionamento reservados em auto-silos públicos. Simultaneamente, aquando da substituição de veículos nos serviços desta tutela, continuará a ser privilegiada a aquisição de veículos ecológicos, procurando-se dar o exemplo, tendo em vista a promoção da protecção ambiental, que, aliás, é uma das principais metas da acção governativa desta área.

Uma vez que a tutela dos Transportes e Obras Públicas tem de promover novos projectos de infra-estruturas, além dos que já estavam previstos, para responder ao célere desenvolvimento de Macau, contabilizando-se cerca de 100 projectos de grande envergadura em curso ou prestes a serem lançados (consultar anexos), revela-se necessário proceder a um reajustamento do quadro de pessoal, com cerca de 3 400 funcionários efectivos. Perante a impossibilidade de se aumentar o número de funcionários dos serviços, proceder-se-á,

gradualmente, a um aumento da proporção do pessoal intermédio e superior; de forma a aumentar a eficácia dos trabalhos. Através dos esforços envidados por toda a equipa, acreditamos que as linhas de acção governativa traçadas serão cumpridas.

## CONCLUSÃO

Comprometemo-nos com as metas traçadas para o próximo ano com determinação, mas a responsabilidade é partilhada pelo Governo, pela sociedade civil e pelos diferentes sectores económicos.

Os resultados não são imediatos, carecem de tempo, de mudanças de hábitos, estão dependentes do desenvolvimento da nossa Região e da área geográfica em que estamos inseridos, mas também dependem de cada um de nós.

A melhoria da gestão das obras públicas e promoção da sua execução dentro dos prazos e dos orçamentos previstos vão continuar a pautar a nossa acção governativa.

Por outro lado, mantém-se o objectivo e continuarão a ser envidados esforços para elevar a capacidade de execução dos serviços e para melhorar os mecanismos e canais de comunicação que aproximem cada vez mais o Governo, a Assembleia Legislativa, os diferentes grupos sociais, a população e a comunicação social.

As preocupações e necessidades da população são prioridades da tutela dos Transportes e Obras Públicas, no entanto, é necessária a cooperação de todos para que a nossa cidade se aproxime cada vez mais da cidade que idealizamos para viver e visitar.

## ANEXOS

## TABELA I – ESTUDOS EM CURSO

DSSOPT	1.	Proposta do Plano Geral de Protecção Contra Inundações Marés e de Drenagem na Zona Marginal do Porto Interior de Macau
	2.	Viabilidade de construção do sistema de ligação pedonal na Guia
	3.	Viabilidade de construção do túnel submerso nas laterais da Ponte Nobre de Carvalho
GDI	4.	Viabilidade da construção da Quarta Ligação Macau-Taipa e avaliação do impacto ambiental de uma ligação por ponte e da utilização da área marítima
	5.	Viabilidade da construção da Quarta Ponte Marítima Macau-Taipa e avaliação do impacto no âmbito da protecção contra as inundações
	6.	Ponte Provisória para as Obras da Zona de Administração no Posto Fronteiriço de Macau da Ponte de Hong Kong-Zhuhai-Macau – avaliação do impacto ambiental e da utilização da área marítima
	7.	Ponte Provisória para as Obras da Zona de Administração no Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau – avaliação do impacto na segurança do tráfego marítimo
GIT	8.	Viabilidade da Linha Seac Pai Van do Sistema de Metro Ligeiro
	9.	Ligação Leste do Sistema de Metro Ligeiro entre Macau-Taipa
	10.	Linha da Ilha de Hengqin do Metro Ligeiro de Macau
	11.	Avaliação dos benefícios socioeconómicos do Sistema de Metro Ligeiro
	12.	Fluxo de Passageiros do Metro Ligeiro
DSAT	13.	Qualidade do serviço de Táxis
	14.	Tecnologia de Monitorização Integrada e de Recolha de Dados nos Cruzamentos
	15.	Optimização dos cruzamentos com semáforos (Bairro da Areia Preta e Iao Hon)
	16.	Criação do sistema de controlo de tráfego centralizado
IH	17.	Necessidades de habitação

DSPA	18.	Estudo complementar das fontes de poluição sonora e respectivas políticas de controlo
	19.	Tratamento Integrado e Aperfeiçoamento do Ambiente da Zona Costeira da Areia Preta
	20.	Revisão Intercalar do Planeamento da Protecção Ambiental de Macau (2010-2020)
	21.	Aplicação dos equipamentos destinados ao tratamento de resíduos electrónicos
	22.	Estabelecimento da norma de qualidade dos solos
	23.	Inquérito sobre a Qualidade dos Serviços de Limpeza Urbana, Recolha e Transporte de Resíduos da RAEM (2016-2019)
	24.	Viabilidade de Expansão da Central de Incineração de Resíduos Sólidos de Macau (Fase III)
	25.	Viabilidade da Construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais com Gorduras e Óleos Alimentares
DSAMA	26.	Observação da ondulação das áreas marítimas sob jurisdição da RAEM e análise dos respectivos dados
	27.	Padronização de normas técnicas relacionadas com água potável e água reciclada
DSC	28.	Projecto-Piloto de Reconhecimento Mútuo de Certificação Electrónica entre a RAEM e a Província de Guangdong
DSRT	29.	Auditoria de segurança e do ensaio de pressão de carga do sistema de banda larga sem fios - WiFi GO
	30.	Segurança da radiação radioelétrica em Macau
	31.	Principais indicadores referentes ao desempenho das redes de telecomunicações
AACM	32.	Viabilidade da liberalização do transporte aéreo de Macau
DSCC	33.	Viabilidade da aplicação do Sistema de Navegação por Satélite Beidou nos aparelhos portáteis em Macau
DSMG	34.	Impacto das alterações climáticas na flora de Macau 2015 ~ 2016
	35.	Impacto das alterações climáticas na fauna de Macau (insectos), 2015 ~ 2016
GDSE	36.	Revisão e avaliação do plano relativo ao sistema da terceira interligação de transmissão eléctrica de 220 kV da CSPGC para Macau

## TABELA II - PROJECTOS EM CURSO CUJAS OBRAS SE ESTIMAM EM MAIS DE 100 MILHÕES DE PATACAS

DSSOPT	1.	Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial Entre a China e os Países de Língua Portuguesa
	2.	Centro de veículos apreendidos da PSP no Cotai
	3.	Edifício do Departamento Policial das Ilhas do Lote BT29b, Taipa
	4.	Edifício Policial de Coloane e Complexo de Instrução da Unidade Especial de Polícia
	5.	Escola de Polícia e Estádio
	6.	Escola de Bombeiros
	7.	Comando do Corpo de Bombeiros e Posto Operacional de Coloane
	8.	Novo Estabelecimento Prisional de Macau (Fase III)
	9.	Superestrutura do Complexo Municipal de Serviços Comunitários da Praia do Manduco
	10.	Plano de Desenvolvimento Articulado da Zona Leste de Macau
	11.	Acessos Pedonais e Instalações de Lazer junto do Reservatório de Seac Pai Van
	12.	Superestrutura do Edifício do Ministério Público
GDI	13.	Sistema de Monitorização Digital da Cidade (Fase IV)
	14.	Arruamento Principal do Eixo Central da Zona A dos Novos Aterros
	15.	Construção do Aterro e do Dique da Zona C dos Novos Aterros
	16.	Habitação Pública no bairro de Tamagnini Barbosa
	17.	Reordenamento da Zona de Espera de Passageiros e do Tráfego do Terminal Subterrâneo das Portas do Cerco
	18.	Túnel de Ká Hó - Coloane - Traçado de Ligação Norte
	19.	Concepção Preliminar das Obras da Quarta Ligação Macau - Taipa
DSPA	20.	Concepção da Estação de Tratamento de Águas Residuais da Ilha Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau
	21.	Obras no aterro de cinzas volantes

**TABELA III – OBRAS EM CURSO COM VALOR SUPERIOR A  
100 MILHÕES DE PATACAS**

DSSOPT	1.	Novo Estabelecimento Prisional de Macau (Fase II)
	2.	Nova Sede do Pelotão Cinotécnico da UTIP
	3.	Lar de Idosos e do Hospital de Convalescença em Ká Hó
	4.	Fundações e Cave do Complexo Municipal de Serviços Comunitários da Rua da Praia do Manduco
	5.	Edifício da DSAMA
	6.	Arruamentos e Redes de Drenagem Junto da Estrada Flor de Lótus, Cotai
	7.	Arruamentos e Redes de Drenagem da Zona E2 dos Novos Aterros
	8.	Concepção e Execução das Obras de Melhoramento do Emissário de Águas Residuais das Zonas ZAPE e NAPE
	9.	Edifício do Tribunal Judicial de Base
	10.	Fundações do Edifício do Ministério Público
GDI	11.	Concepção e Construção do Novo Mercado Abastecedor
	12.	Edifício Multifuncional do Governo em Pac On
	13.	Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Obras de Fundações do Edifício do Hospital Geral e do Edifício de Apoio Logístico
	14.	Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Obras de Fundações do Edifício de Administração e Multi-Serviços
	15.	Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas – Obras de Fundações do Edifício do Laboratório Central
	16.	Instalações de Saúde e Cuidado a Idosos em Seac Pai Van
	17.	Fundações do Centro de Formação e Estágio de Atletas
	18.	Acesso entre Macau e a Ilha Artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau
	19.	Construção do Aterro e do Dique da Zona A dos Novos Aterros
	20.	Construção do Aterro e do Dique da Zona E1 dos Novos Aterros
	21.	Habitação Económica Bairro da Ilha Verde

	22.	Habitação Económica Cheng Tou
	23.	Habitação Económica Fai Ieng
	24.	Habitação Económica Iat Fai
	25.	Habitação Social de Mong Há (Fase II) e Reconstrução do Pavilhão Desportivo de Mong Há
	26.	Túnel de Ká Hó - Coloane - Troço em Túnel
	27.	Instalações Complementares do Terminal Marítimo da Taipa
GIT	28.	Segmento do Centro da Taipa do Metro Ligeiro
	29.	Segmento do Cotai do Metro Ligeiro
	30.	Segmento do Posto Fronteiriço da Taipa do Metro Ligeiro
	31.	Superestrutura do Parque de Materiais e Oficina do Metro Ligeiro
	32.	Centro Intermodal de Transportes da Estrada Governador Albano de Oliveira da Taipa (Fase I)
	33.	Centro Intermodal de Transportes da Barra
DSPA	34.	Concepção e Construção da Linha de Produção da Instalação de Triagem de Materiais Inertes Resultantes de Demolições e Construções
DSAMA	35.	Quarta conduta de abastecimento de água a Macau